



Govorno do Estado de São Paulo
Secretaria de Estado da Saúde
Hospital Regional de Assis - Núcleo de Compras e Gestão de Contratos

EDITAL

Nº do Processo: 024.00204410/2024-26

Interessado: HOSPITAL REGIONAL DE ASSIS

Assunto: Celebração de Convênio Linhas de Cuidados Assistencial do HRA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025

O ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio da SECRETARIA DA SAÚDE, torna público o presente Edital de Chamamento Público, para seleção de Entidade Privada, sem fins lucrativos, previamente qualificada como Organização Social Saúde (OSS) no âmbito do Estado de São Paulo, interessada na celebração de Convênio, visando o **GERENCIAMENTO DAS LINHAS DE CUIDADOS NO HOSPITAL REGIONAL DE ASSIS: URGÊNCIA E EMERGÊNCIA (PRONTO SOCORRO REFERENCIADO), ONCOLOGIA -UNACON E LEITOS CLÍNICOS E CIRÚRGICOS**, no âmbito do Hospital Regional de Assis, conforme dispõe a Constituição Federal, em especial os seus artigos 196 e seguintes; a Constituição Estadual, em especial os seus artigos 218 e seguintes; as Leis federais nº 8.080/90, 8.142/90 e 14.133/2021, o Decreto estadual nº 66.173/2021, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, nos termos e condições estabelecidos no presente instrumento.

Oportuno mencionar que a sessão pública de abertura dos envelopes dar-se-á no dia **14/01/2025, às 10:00 hs**, no Hospital Regional de Assis, localizado à Praça Dr. Symphrônio Alves dos Santos S/N, Centro Assis/SP.

Visita técnica: Agendamento prévio através do telefone: **(18) 3302-6073**.

Período para realização: **03/01/2025 a 13/01/2025** no horário das **09:00 às 15:00** hs.

1. OBJETO:

1.1. O presente Chamamento Público tem por objeto a seleção de Entidade Privada, sem fins lucrativos, qualificadas como Organização Social de Saúde no âmbito do Estado de São Paulo, para celebração de Convênio, visando **GERENCIAMENTO DAS LINHAS DE CUIDADOS URGÊNCIA E EMERGÊNCIA (PRONTO SOCORRO REFERENCIADO), ONCOLOGIA UNACON E LEITOS CLÍNICOS E CIRÚRGICOS**, no âmbito Hospital Regional de Assis, de acordo com Termo de Referência - ANEXO I-A, cláusulas e condições do presente edital.

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

2.1. Em consonância com os Princípios de Publicidade e de Isonomia, poderão participar deste Chamamento Público todas as entidades privadas, sem fins lucrativos, qualificadas como Organização Social de Saúde no âmbito do Estado de São Paulo, interessadas na celebração do convênio, que em seu Estatuto tenham previstos objetivos na área da saúde e que satisfaçam plenamente todos os termos e condições deste Edital.

2.2 Vedações.

Não será admitidas a participação neste Chamamento Público, de entidades privadas, sem fins lucrativos, qualificadas como Organização Social de Saúde, no âmbito do Estado de São Paulo:

2.2.1. Que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspensos, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, com base no artigo 87, inciso III I, da Lei Federal nº 8.666/93, ou ainda impedidas de licitar e contratar com base no art. 156, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021;

2.2.2. Que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública federal, estadual ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, ou com fundamento no art. 156, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021;

2.2.3. Proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 1º, parágrafos 6º e 7º, e artigo 12, ambos da Lei Federal nº 8.429/1992¹;

2.2.4. Declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108 da Lei Complementar Estadual nº 709/1993²;

2.2.5. Que estejam proibidas de participar de licitação ou de celebrar contratação em decorrência do efeito de sanção registrada no Cadastro Nacional de Empresas Punidas

- CNEP ou no Cadastro Nacional de Empresas /inidôneas e Suspensas – CEIS (Lei Federal nº 12.846/2013, artigos 22 e 23); Lei Federal nº 14.133/2021, artigo 161; Decreto Estadual nº 67.684/2023);

2.2.6. Que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade conveniente ou com agente público que desempenhe função no Chamamento Público ou atue na fiscalização ou na gestão do Convênio, ou que dele seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do artigo 14, inciso IV, da Lei 14.133/2021;

2.2.7. Que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenham sido condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração do trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, nos termos do artigo 14, inciso IV, da Lei Federal 14.133/2021.

2.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do chamamento ou da execução do convênio agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução do chamamento na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa/entidade que preste assessoria técnica.

2.5. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 2.2.5. será também aplicado ao licitante/proponente que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica.

3. - DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

3.1. Os documentos de HABILITAÇÃO, PLANO DE TRABALHO, COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA e PROPOSTA FINANCEIRA - exigidos no presente Chamamento Público -deverão ser apresentados em 02 (dois) envelopes fechados, indevassáveis, distintos e identificados.

3.2. Cada um dos ENVELOPES deverá ser identificado conforme modelo de etiquetas contidas no item 4.1 deste edital, e todos devem ser entregues fechados, até meia hora antes da sessão pública a ser realizada na data indicada no preâmbulo deste Edital e no aviso publicado no Diário Oficial.

3.3. Os documentos contidos nos Envelopes I e II poderão ser apresentados em cópia simples.

3.4. Os Envelopes I e II deverão ser apresentados separadamente, com todas as folhas rubricadas, inclusive as folhas de separação, com fotos, desenhos ou similares, se houver.

3.5. Havendo divergência entre os valores numéricos e aqueles apresentados por extenso nos documentos da proposta apresentada pela Instituição, prevalecerão os últimos.

3.6. Não se admitirá a inclusão de documentos ou informação que deveria constar originariamente nos envelopes I e II, exceto se em atendimento às diligências da COMISSÃO DE SELEÇÃO, nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

3.7. Somente serão considerados os PLANOS DE TRABALHO e PROPOSTA FINANCEIRA que abrangem a totalidade do objeto, nos exatos termos deste Edital e respectivos Anexos.

4. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS:

4.1. Os interessados em participar deste Chamamento Público, deverão entregar a documentação exigida no **Hospital Regional de Assis**, localizado na Praça Dr. Symphrônio Alves dos Santos, S/N, Centro- Assis/SP, até meia hora antes do início da sessão pública, em envelopes lacrados, devidamente identificados conforme indicado abaixo:

ENVELOPE I - PLANO DE TRABALHO, COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA e PROPOSTA FINANCEIRA

SECRETARIA DA SAÚDE

UGE - 090121Hospital Regional de Assis

PROCESSO:024.00204410/2024-26

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025

(Razão Social e endereço da entidade)

ENVELOPE II - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

SECRETARIA DA SAÚDE

UGE - 090121 - Hospital Regional de Assis

PROCESSO:024.00204410/2024-26

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025

(Razão Social e endereço da entidade)

5. DOS DOCUMENTOS DOS ENVELOPES I E II

5.1. DOCUMENTOS DO ENVELOPE I:

5.1.1. No envelope nº I deverão constar o PLANO DE TRABALHO, a COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA e a PROPOSTA FINANCEIRA, bem como os demais documentos hábeis que possibilitem a pontuação, em estrita observância às regras e critérios estabelecidos neste Edital e seus Anexos.

5.1.2 – DO PLANO DE TRABALHO

5.1.2.1. O Plano de Trabalho deverá ser elaborado, conforme modelo constante do ANEXO IX, bem como estar de acordo com o conteúdo do Termo de Referência do ANEXO I-A deste edital, discriminando:

a) as atividades assistenciais e os serviços de saúde;

b) os indicadores a serem observados e metas a serem alcançadas;

5.1.2.2. O Plano de Trabalho da Instituição deverá ser apresentado em uma única via impressa, ter todas as suas folhas rubricadas e, ao final, ser datado e assinado por quem detenha poderes de representação da Entidade, na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado. Deve ser redigido em língua portuguesa (salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente), com clareza, limitado em 30 folhas, sem encadernação.

5.1.3 – COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA

5.1.3.1. A proponente deverá apresentar **atestado(s)** de bom desempenho anterior, em virtude de serviços da mesma natureza e porte executados por meio de convênio ou contrato, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que especifique(m) em seu objeto necessariamente os tipos de serviços realizados, com indicações das quantidades e prazo de duração, datas de início e término e local da prestação dos serviços;

5.1.3.2. Entende-se por mesma natureza e porte, atestado(s) de serviços similares ao objeto deste Chamamento que demonstre(m) que a Instituição prestou serviços correspondentes a 50% (cinquenta) por cento do objeto deste Chamamento.

5.1.3.3. A comprovação a que se refere o item 5.1.3.2. poderá ser efetuada pelo somatório das quantidades dos convênios ou contratos realizados concomitantemente pela Instituição.

5.1.3.4. **O(s) atestado(s)** emitido deverá(ão) conter a identificação da pessoa jurídica emitente e a identificação do signatário. Caso não conste o número de telefone para contato, a proponente deverá apresentar conjuntamente documento que informe o telefone ou qualquer outro meio de contato com o emitente do(s) atestado(s).

5.1.3.5. A qualificação da equipe técnica se dará através da apresentação de diploma ou certificado de formação, declaração ou atestado de capacidade técnica constando experiência.

5.1.3.6. A apresentação de Currículo Lattes poderá ocorrer desde que conjuntamente seja apresentado o comprovante de vínculo, que poderá ser através do: contrato de trabalho assinado na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, contrato de prestação de serviço, livro ou ficha de registro do empregado, contrato social, termo de compromisso, nomeação ou designação do qual conste cargo ou função técnica em Ata de Assembleia e/ou Ato administrativo.

5.1.4 – DA PROPOSTA FINANCEIRA

5.1.4.1. A Entidade deverá apresentar proposta financeira contendo o detalhamento dos custos unitários, bem como o número estimado de profissionais a serem contratados, com os respectivos cargos, salários, especificados individualmente, conforme modelo constante no Anexo I-B e Anexo I-B.1.

5.1.4.2. No valor total da proposta deverão estar inclusas todas as despesas diretas (inclusive valores referentes aos provisionamentos de férias e décimo terceiro salário, dissídios e benefícios) e indiretas para execução dos serviços.

5.1.4.3. A proposta deverá ser expressa em algarismo e por extenso (em reais), com identificação e assinatura do representante legal.

5.1.4.4. A proposta terá prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias, independente de constar expressamente tal informação ou constar prazo divergente.

5.1.4.5. A apresentação da proposta implicará na plena e integral aceitação, por parte da Entidade, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, que passarão a integrar o convênio como se transcritas, bem como na observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceitas, sob quaisquer hipóteses, alegações de seu desconhecimento em qualquer fase do processo de seleção e/ou da execução do convênio.

5.1.4.6. A proponente deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, tais como aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

5.1.4.7. A proposta financeira não poderá ultrapassar o valor referencial total de R\$ 22.954.304,16 (vinte e dois milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil trezentos e quatro reais e dezesseis centavos) correspondente ao valor total das despesas de custeio para 12 (doze) meses de execução do objeto do convênio.

5.1.4.8. Serão desclassificadas as propostas:

a) que apresentem preço superior ao especificado no item 5.1.4.7;

b) cujo plano de trabalho não apresente compreensão do objeto, e/ou esteja em desacordo com as exigências e condições estabelecidas ao Termo de Referência - Anexo I-A do Edital.

5.2 – DOS DOCUMENTOS DO ENVELOPE II

5.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Estatuto social atualizado devidamente registrado em cartório, com as respectivas alterações, caso existam;

b) ata de eleição de sua atual diretoria em exercício;

c) Registro Geral (R.G.) e Cadastro de Pessoa Física (C.P.F.) dos responsáveis legais pela instituição, conforme estabelecido no estatuto social;

d) Declaração emitida pela instituição atestando que atende ao inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo a condição de aprendiz, a partir de catorze anos, conforme modelo do ANEXO II.

5.2.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Certificado de regularidade de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF-FGTS);

c) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT);

d) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

e) Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio da proponente que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;

f) Certidão negativa de débitos relativa a tributos estaduais;

5.2.2.1. A entidade que se considerar isenta ou imune de tributos relacionados ao objeto do convênio, cuja regularidade fiscal seja exigida no presente Edital, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

5.2.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Declaração exarada por contador devidamente registrado no Conselho da categoria profissional, de que a instituição detém escrituração contábil regular e que goza de boa saúde financeira;

b) Declaração firmada pelo representante legal da Entidade de que a mesma possui patrimônio próprio, nos termos da Lei nº 10.201/99, conforme modelo do ANEXO X.

c) Declaração firmada pelo representante legal da Entidade de que apresentará, por ocasião da celebração do convênio, certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis da entidade, conforme modelo do ANEXO XIV;

5.2.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Registro da Entidade em Associação ou Conselho Profissional competente, em plena validade;

b) Registro do Responsável Técnico em Associação ou Conselho Profissional competente, em plena validade;

c) Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES;

5.2.5 OUTRAS COMPROVAÇÕES:

a) Declaração firmada pelo representante legal da instituição de que apresentará, no momento da assinatura do convênio, os dados de conta bancária específica para recebimento dos recursos repassados em razão do convênio – ANEXO VI;

b) Declaração firmada pelo representante legal da instituição de que atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho, em virtude das disposições do parágrafo único, art. 117, Constituição do Estado – ANEXO XV;

c) Declaração firmada pelo representante legal da instituição de que apresentará, no momento da assinatura do Convênio, cópia do Certificado de Regularidade Cadastral da Entidade – CRCE;

d) Certificado de realização da visita técnica que será fornecido pelo Hospital Regional de Assis – Gerência de Informação - Fone: 18- 3302-6079/33026073, conforme ANEXO XIII-A;

d.1) Poderão ser feitas tantas visitas técnicas quantas cada interessado considerar necessário. Cada visita deverá ser agendada por e-mail (hrachamentento@gmail.com) pelo telefone (18-33026079 ou 33026073) e poderá ser realizada até o dia imediatamente anterior à abertura da sessão pública, no período das 09 às 15 horas;

d.2) A visita técnica tem por objetivo conhecer as condições locais para a execução do objeto, permitindo aos interessados verificar localmente as informações que julgarem necessárias para a elaboração da sua proposta, de acordo com o que o próprio interessado julgar conveniente;

d.3) Competirá a cada interessado, quando da visita técnica, fazer-se acompanhar dos técnicos e especialistas que entender suficientes para colher as informações necessárias à elaboração da sua proposta;

d.4) As prospecções, investigações técnicas, ou quaisquer outros procedimentos que impliquem interferências no local em que serão prestados os serviços deverão ser previamente informadas e autorizadas pela Administração;

d.5) O interessado não poderá pleitear modificações nos valores, nos prazos ou nas condições do convênio, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que serão executados os serviços objeto do chamamento;

d.6) O interessado que optar pela não realização da visita técnica deverá, para participar do certame, apresentar declaração afirmando que tinha ciência da possibilidade de fazê-la, mas que, ciente dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a visita técnica que lhe havia sido facultada, conforme o modelo constante do ANEXO XIII- B do Edital.

e) Declaração (modelo no ANEXO IV), firmada pelo representante legal da instituição, de que:

e.1) conhece e aceita as condições de remuneração dos serviços, em conformidade com o disposto na minuta de Convênio, e que estão de acordo com o programa de repasse e liberação de pagamento disponibilizado pela Secretaria da Saúde;

e.2) tem disponibilidade para prestar atendimento conforme as normas fixadas pela Secretaria da Saúde e segundo as regras do Conselho Nacional de Saúde, inclusive obedecendo às disposições éticas e técnicas dos respectivos Conselhos Regionais;

f) Declaração firmada pelo representante legal da instituição de que apresentará, por oportunidade da celebração do convênio, a relação do corpo clínico e demais profissionais de saúde, acompanhada da ficha cadastral dos profissionais (conforme modelo no ANEXO V), preenchida com o respectivo número do Conselho de Classe, carga horária e a qualificação completa dos responsáveis pelas respectivas categorias;

g) Declaração firmada pelo representante legal da instituição de que a entidade não está impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria com órgãos públicos, conforme modelo no ANEXO XI;

h) Declaração atualizada firmada pelo representante legal da instituição acerca da existência, ou não, no quadro diretivo da entidade, de agentes políticos de poder, de membros do Ministério Público ou de dirigente de órgão ou entidade da administração pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade conforme modelo no ANEXO XII;

i) Declaração (modelo no ANEXO III) firmada pelo representante legal da Entidade de que representantes, diretores, administradores ou dirigentes não ocupam cargo ou função de confiança, chefia ou assessoramento, em qualquer nível, na área pública de saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS;

5.3 DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS DOS ENVELOPES I E II

5.3.1. As certidões apresentadas em atendimento ao presente Edital que não possuam prazo de vigência estipulado em lei específica ou expresso em seu corpo terão validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

5.3.2. A Comissão de Seleção ou Autoridade Superior, a seu critério, poderá promover diligência em qualquer fase, com base no artigo 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, para esclarecer dúvidas ou confirmar o teor das declarações solicitadas neste Edital e das comprovações de qualificação econômico-financeira e de qualificação técnica, para atestar a veracidade de quaisquer documentos apresentados, ou solicitar informações sobre a qualidade dos serviços prestados pela Entidade nos locais indicados para fins de comprovação experiência.

5.3.3. A Comissão de Seleção se reserva ao direito de exigir, a qualquer tempo, a apresentação do documento original para cotejo com sua cópia.

5.3.4. As Entidades são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos a serem apresentados.

5.3.5. A constatação, a qualquer tempo, de declaração falsa ou a adulteração dos documentos apresentados ensejará a proposta à autoridade competente de aplicação da penalidade de declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 156, inciso IV, c.c. artigo 155, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, independentemente da adoção de medidas tendentes à aplicação das sanções civis e penais cabíveis.

5.3.6. A ausência de quaisquer documentos do item 5.1. deste Edital inviabilizará a continuidade da Entidade no presente Chamamento Público, prejudicando, dessa forma, a sua participação quanto às demais fases.

5.3.7. Todos os documentos expedidos pela Entidade deverão ser assinados por seu representante legal ou por seu procurador legalmente instituído.

5.3.8. Os documentos dos envelopes I e II poderão ser apresentados em cópia simples.

5.3.9. Será considerada inabilitada a Entidade que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no item 5.2 deste EDITAL.

5.3.10. As Entidades assumem todos os custos de preparação e apresentação dos Envelopes I e II, e a Secretaria da Saúde não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do presente Chamamento Público.

6. DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

6.1. O PLANO DE TRABALHO, a COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA e a PROPOSTA

FINANCEIRA serão analisados e pontuados de acordo com os critérios estabelecidos na sequência, considerando-se vencedora a Entidade que obtiver a maior pontuação total nos critérios abaixo:

1. COMPREENSÃO DO OBJETO DO CONVÊNIO – MÁXIMO DE 30 PONTOS
A proponente deverá desenvolver Plano de Trabalho sob a forma de texto, apresentando um diagnóstico das necessidades do Hospital Regional de Assis em relação ao objeto do presente chamamento, demonstrando a compreensão acerca do volume de produção física de ações a serem executadas, bem como da implantação de metas de garantia de segurança da assistência prestada aos usuários do SUS.
1.1 REQUISITOS
1.1.1 Clareza na descrição do objeto a ser executado.
1.1.2 Pertinência entre a Planilha Orçamentária apresentada e o Termo de Referência.

1.1.3 Discriminação dos Custos Indiretos com respectivos valores e cálculo de Rateio Administrativo.	
ITEM	PONTOS
Apresentou consonância em 3 requisitos	30
Apresentou consonância em 2 requisitos	20
Apresentou consonância em até 1 requisitos	15
Não apresentou consonância	0
Máximo	

2. EXPERIÊNCIA PRÉVIA DA ENTIDADE – MÁXIMO 35 PONTOS		Pontos
2.1 Experiência da entidade no Gerenciamento de Serviços de Saúde - Máximo 15 pontos	2.1.1 Gerenciamento de Serviços em Unidade Hospitalar de Baixa Complexidade	5
	2.1.2 Gerenciamento de Serviços em Unidade Hospitalar de Média Complexidade	10
	2.1.3 Gerenciamento de Serviços em Unidade Hospitalar de Alta Complexidade	15

2.2 Tempo de experiência da entidade no Gerenciamento de Serviços de Saúde Específicos - Máximo 20 pontos	2.2.1. Não comprovar experiência na execução dos serviços assistências previstas no item 1.1., no período de até 12 (doze) meses, de acordo com o disposto no item 5.1.3. deste Edital.	0
	2.2.2. Comprovar experiência entre 12 (doze) meses e 2 (dois) anos na execução dos serviços assistenciais previstos no item 1.1., de acordo com o disposto no item 5.1.3., ambos deste Edital.	5
	2.2.3. Comprovar experiência entre 2 (dois) até 5 (cinco) anos na execução dos serviços assistenciais previstos no item 1.1. de acordo com o disposto no item 5.1.3., ambos deste Edital.	10
	2.2.4 Comprovar experiência acima de 5 (cinco) anos na execução dos serviços assistenciais previstos no item 1.1., de acordo com o disposto no item 5.1.3., ambos deste Edital.	20

Máximo

-

3. QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL – MÁXIMO 40 PONTOS		Pontos
3.1 Responsável Técnico Médico vinculado a Instituição - Máximo 20 pontos	3.1.1 Qualificação e experiências comprovadas no (descrever o objeto) pelo período de 12 meses.	0
	3.1.2 Qualificação e experiências comprovadas no (descrever o objeto) entre 12 meses e 5 anos.	10
	3.1.3 Qualificação e experiências comprovadas no (descrever o objeto), por período superior a 5 anos.	20
3.2. Responsável Técnico/Supervisão Técnica de Enfermagem vinculado a Instituição - Máximo 20 pontos	3.2.1 Qualificação e experiências comprovadas no (descrever o objeto), pelo período de 12 meses.	0
	3.2.2 Qualificação e experiências comprovadas no (descrever o objeto), entre 12 meses e 5 anos.	10
	3.2.3 Qualificação e experiências comprovadas no (descrever o objeto), por período superior a 5 anos.	20
Máximo		
4. PROPOSTA DE PREÇO – MÁXIMO 30 PONTOS		PONTOS
4.1 Proposta de preço até 5% abaixo do valor referencial		5
4.2 Proposta de preço de 5,01 a 10% abaixo do valor referencial		10
4.3 Proposta de preço de 10,1 a 15% abaixo do valor referencial		20
4.4 Proposta de preço acima de 15% ou mais, abaixo do valor referencial		30

Máximo	
Máximo de Pontos do Edital	

6.2 METODOLOGIA DE JULGAMENTO

Para a obtenção da pontuação final serão observados os seguintes critérios:

- (a) Somatória dos pontos obtidos em cada critério de pontuação, que resultará em ordem classificatória.
- (b) Será classificada para a etapa de habilitação a entidade que obtiver melhor classificação.
- (c) Em caso de empate ficto, será classificada a entidade que apresentar menor valor.
- (d) Caso a entidade obtenha zero pontos em qualquer um dos critérios de 1 a 4 acima descritos será imediatamente desclassificada e não poderá continuar sua participação no processo seletivo.

7. – DOS PROCEDIMENTOS DA SESSÃO PÚBLICA

7.1 - DO CREDENCIAMENTO

7.1.1. A Sessão de Abertura deste Chamamento Público será realizada em 14/01/2025 às 09:30 horas, no auditório do Hospital Regional de Assis procedendo-se ao Credenciamento dos representantes das Entidades com capacidade jurídica comprovada para atuar em nome da proponente, por meio da apresentação (fora dos envelopes) dos seguintes documentos:

- Documento de identidade na forma da lei, com fotografia;
- Estatuto da entidade ou instrumento legal de sua formação, comprovando a representação da Entidade e os poderes para representá-la, acompanhada da ata da assembleia de eleição do dirigente, em ambos os casos autenticada em cartório ou apresentada junto com o documento original, para permitir que a Comissão de Seleção ateste sua autenticidade.

7.1.2. Caso o representante da Entidade não seja seu representante estatutário ou legal, o credenciamento será feito por intermédio de procuração, mediante instrumento público ou particular. Nesse caso, o representante também entregará à Comissão de Seleção, cópia autenticada em cartório do ato que estabelece a representação da entidade, em que constem os nomes dos representantes ou dirigentes com poderes para a constituição de mandatários.

7.1.3. A ausência do documento hábil de representação não impedirá o representante de participar deste Chamamento Público, mas ficará impedido de rubricar documentos e praticar qualquer ato durante a sessão pública.

7.1.4. A documentação apresentada na primeira sessão de credenciamento e recepção dos envelopes nº I e II, possibilita o representante a participar das demais sessões. Na hipótese de sua substituição no decorrer deste Chamamento Público, deverá ser apresentado novo credenciamento.

7.1.5. Caso a Entidade não pretenda fazer-se representar na Sessão de abertura, poderá encaminhar os envelopes I e II por meio de portador, diretamente à Comissão de Seleção, até meia hora antes do início da sessão pública.

7.1.6. A sessão pública de abertura dos envelopes poderá ser assistida por qualquer pessoa, mas somente serão permitidas a participação e a manifestação dos representantes credenciados das Entidades, vedada a interferência de assistentes ou de quaisquer outras pessoas que não estejam devidamente credenciados.

7.1.7. É vedada a representação de mais de uma Entidade por uma mesma pessoa.

7.1.8. Será permitido somente o credenciamento de 01 (um) representante para cada Entidade participante.

7.1.9. Os documentos de representação das Entidades serão retidos pela Comissão de Seleção e juntados ao processo do CHAMAMENTO PÚBLICO.

7.2 DA ABERTURA DO ENVELOPE I E CLASSIFICAÇÃO

7.2.1. Na data marcada neste Edital a Comissão de Seleção procederá à abertura do Envelope I – PLANO DE TRABALHO, COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA e PROPOSTAFINANÇEIRA, e os documentos deverão ser rubricados pela Comissão de Seleção e pelos representantes credenciados das Entidades presentes à sessão.

7.2.2. A Comissão de Seleção terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para analisar o conteúdo do Envelope I.

7.2.3. Durante o período de análise, as Entidades, através dos seus representantes ou outros interessados, deverão abster-se de entrar em contato com a Comissão de Seleção para tratar de assuntos vinculados aos documentos do Envelope I, sob pena comprometer o sigilo e a imparcialidade no julgamento da Comissão.

7.2.4. Será considerada vencedora a Entidade que obtiver a maior pontuação final, de acordo com os critérios estabelecidos no item 6 deste Edital.

7.2.5. Na hipótese de ocorrência de empate entre duas ou mais Entidades, para o desempate será considerada vencedora a Entidade que tiver apresentado proposta financeira de menor valor.

7.2.6. O anúncio da Entidade vencedora se dará em nova Sessão Pública, cuja data será comunicada através de publicação em Diário Oficial do Estado.

7.2.7. Após o anúncio da Entidade vencedora a Comissão de Seleção procederá à abertura do Envelope II, apenas da Entidade vencedora desta fase.

7.3 DA ABERTURA DO ENVELOPE II

7.3.1. – Na data marcada, a Comissão de Seleção procederá à abertura do Envelope II – HABILITAÇÃO, e os documentos deverão ser rubricados pela Comissão de Seleção e pelos representantes credenciados das Entidades presentes à sessão.

7.3.2. A Comissão de Seleção procederá à conferência dos documentos do Envelope II - Habilitação, analisando tão somente o aspecto formal de acordo com as exigências estabelecidas nos itens 5.2 e 5.3 deste EDITAL.

7.3.3. Caso seja necessário, a Comissão de Seleção poderá suspender a sessão pública para melhor análise dos documentos de habilitação apresentados, designando nova data para divulgação do resultado em sessão pública, em prazo não superior a 02 (dois) dias úteis.

7.3.4. Na hipótese de algum documento ter perdido a validade após a entrega do Envelope II, a Comissão de Seleção poderá verificar a validade, mediante consulta a ser efetuada por meio eletrônico nos sites oficiais de expedição do respectivo documento.

7.3.5. Essa verificação será certificada pela Comissão de Seleção na Ata da Sessão Pública, devendo ser anexado aos autos o(s) documento(s) obtido(s) por meio eletrônico.

7.3.6. Será considerada habilitada a celebrar convênio a Entidade que atender integralmente às condições da habilitação exigidas neste edital, e declarada vencedora do presente Chamamento Público.

7.3.7. A Comissão de Seleção submeterá o resultado da avaliação com a indicação da Entidade vencedora ao Diretor da Unidade para ciência, ratificação e publicação no Diário Oficial do Estado.

7.3.8. O Envelope II – Habilitação das demais Entidades permanecerá devidamente lacrado e poderá ser retirado após a assinatura do Convênio com a Entidade vencedora, caso houver.

7.4– DISPOSIÇÕES GERAIS DA SESSÃO PÚBLICA

7.4.1. De cada sessão pública será lavrada ATA circunstanciada dos trabalhos, que deverá ser assinada obrigatoriamente pela Comissão de Seleção e pelos representantes credenciados presentes.

7.4.2. Os resultados de cada etapa de avaliação, bem como, da classificação final das propostas, serão comunicados diretamente aos participantes do processo através de Sessão Pública, com posterior publicação no Diário Oficial do Estado.

7.4.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da abertura dos ENVELOPES na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários e locais anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Comissão de Seleção em contrário.

8. - DO RECURSO ADMINISTRATIVO

8.1. Após a declaração da Entidade vencedora, será facultada às demais Entidades participantes, nos termos da legislação vigente, a interposição de recurso administrativo, sem efeito suspensivo, em face de todas as decisões proferidas pela Comissão de Seleção, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação da decisão no Diário Oficial do Estado.

8.2. A interposição de recurso será comunicada às demais Entidades, por correio eletrônico mediante comprovação do recebimento, às demais Entidades, que poderão, se assim o desejarem, apresentar contrarrazões ao(s) recurso(s) interposto(s) no prazo comum de 03 (três) dias úteis contados da intimação do ato.

8.3. Será assegurada às Entidades participantes do procedimento seletivo vista aos autos do processo de Chamamento Público.

8.4. Os recursos deverão observar os seguintes requisitos:

a) ser devidamente fundamentados;

b) ser assinados por representante legal ou procurador com poderes suficientes;

c) ser protocolados no mesmo local indicado no preâmbulo deste EDITAL para o recebimento dos envelopes; e

d) não será admitida a apresentação de documentos ou informações que já deveriam ter sido apresentados nos ENVELOPES I e II e cuja omissão não tenha sido suprida na forma estabelecida neste EDITAL.

8.5. Os recursos interpostos fora do prazo ou em local diferente do indicado não serão conhecidos.

8.6. A Comissão de Seleção poderá, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados do recebimento do recurso, reconsiderar e/ou manter sua decisão. Fundamentado, será o presente encaminhado ao Diretor da Unidade para deliberação e posterior publicação em Diário Oficial do Estado de sua decisão, em até 2 (dois) dias úteis.

8.7. O acolhimento do(s) recurso(s) interposto(s) importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

09 – DA HOMOLOGAÇÃO

9.1. – Após eventual reconsideração da decisão pela Comissão de Seleção, ou após a decisão do(s) recurso(s) pela Diretoria da Unidade da Secretaria a ser beneficiada pelo convênio – nos termos do item 8.6 deste edital, e constatada a regularidade dos atos praticados, o Secretário da Saúde homologará o procedimento de seleção.

9.1.1. – O ato de homologação do Secretário da Saúde será devidamente publicado em Diário Oficial do Estado.

10. – DA CELEBRAÇÃO DO CONVÊNIO

10.1. Após a homologação do procedimento seletivo pelo Secretário da Saúde, a vencedora será convocada para celebração e assinatura do instrumento do convênio, que será efetivado eletronicamente, através de sistema próprio.

10.1.1. Constitui condição para a celebração do convênio, bem como para a realização dos repasses de recursos dele decorrentes, a inexistência de registros em nome da adjudicatária no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º da Lei Estadual nº 12.799/2008.

10.1.2. Com a finalidade de verificar o eventual descumprimento pelo proponente das condições de participação previstas no item 2.2 deste Edital serão consultados, previamente à celebração do ajuste, os seguintes cadastros:

10.1.2.1. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e- Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

10.1.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

10.1.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php), devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário (artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992);

10.1.2.4. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

10.1.2.5. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.corregedoria.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>);

10.1.2.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

10.1.3. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração do convênio:

10.1.3.1. A apresentação do(s) documento(s) que a proponente, à época da apresentação dos envelopes, houver se comprometido a exibir antes da assinatura do ajuste, por meio de declaração específica, caso exigida no Edital;

10.2 DO SISTEMA ELETRÔNICO

10.2.1. O Sistema eletrônico foi criado para viabilizar a realização de processos administrativos que tratam da celebração de convênios no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS/SP com transferência voluntária de recursos financeiros.

10.2.2. Todo o suporte técnico para a utilização do Sistema será dado pela equipe do Grupo de Gestão de Convênios – GGCON, da Secretaria da Saúde.

10.2.3. A vencedora terá o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da sua convocação, para inserir a documentação necessária para firmar o convênio, devendo, para tanto:

10.2.3.1 Proceder ao cadastro dos responsáveis pelas atividades a serem desenvolvidas no sistema, bem como a inclusão de todos os documentos, inclusive a cotação de custos (datado de até 6 meses), referente as rubricas apresentadas na proposta financeira.

10.2.3.2 Proceder ao preenchimento do Plano de Trabalho, de acordo com o disposto no Anexo I-A deste Edital.

10.2.3.3 O prazo para inserção no sistema poderá ser prorrogado por igual período por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

10.3. O convênio será assinado com a utilização do sistema eletrônico próprio, nos termos da legislação aplicável.

10.4. Após a divulgação do resultado final do Chamamento Público, se a proponente declarada vencedora se recusar a assinar o convênio no prazo e condições estabelecidos, ou se perder a qualidade de habilitação antes da assinatura do convênio, a Administração poderá convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos valores, ou revogar o procedimento seletivo, independentemente da cominação prevista no art. 90, § 5º, e ART. 155, VI, ambos da Lei federal nº 14.133/2021.

11. – DA VIGÊNCIA

11.1. O prazo de vigência do presente CONVÊNIO será de 12 (doze) meses, tendo por termo inicial a data de assinatura.

11.1.1 A Comissão de Seleção selecionará a entidade para a execução do Plano de Trabalho a ser desenvolvido no prazo de 12 (doze) meses, prorrogáveis por até 5 (cinco) anos, nos termos do artigo 10, § 1º, item 3, letra "g" do Decreto estadual nº 66.173/21.

12. – DOS REPASSES DE RECURSOS

12.1. A forma dos repasses de recursos financeiros encontra-se estipulada na Minuta de Convênio que constitui o ANEXO VII deste edital, bem como no ANEXO I-A – Termo de Referência.

12.2. A entidade vencedora deverá abrir conta bancária no BANCO DO BRASIL, específica para execução financeira do Convênio.

12.3. Os repasses dos recursos serão efetuados mensalmente, de acordo com o cronograma apresentado no Plano de Trabalho.

13. – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1. A documentação referente à prestação de contas deverá ser apresentada mensalmente, seguindo as Instruções nº 01/2024, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, com as devidas notas fiscais e relatórios de aplicação dos recursos, obedecendo ao estipulado em Plano de Trabalho.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Se o objeto do Convênio não for executado de acordo com as cláusulas do instrumento e do ANEXO I-A – Termo de Referência - deste Edital, a Entidade conveniada poderá ser penalizada na forma prevista em lei.

14.2. A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada após garantido o exercício de prévia e ampla defesa à conveniada faltosa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e também no "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS", no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>, bem como em eventual sistema que vier a substituir o CAUFESP.

14.3. Conformidade com o marco legal anticorrupção. A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante o procedimento seletivo ou ao longo da execução do convênio, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 67.301/2022.

15. - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1 - A Administração se reserva o direito de, a qualquer tempo antes da homologação do procedimento seletivo, por motivo de interesse público ou exigência legal, devidamente justificados, adiar ou revogar o presente Chamamento Público, sem que isso implique direito à celebração do Convênio ou motivo para que as Entidades participantes pleiteiem qualquer tipo de indenização.

15.2 – As impugnações e os pedidos de esclarecimentos referentes ao presente Edital serão formulados e entregues no protocolo do Hospital Regional de Assis até 03 dias úteis que antecederem à sessão pública. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no procedimento seletivo.

15.2.1. As impugnações serão decididas pelo subscritor do Edital e os pedidos de esclarecimentos respondidos até o dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública.

15.2.2. As retificações do presente Edital, por iniciativa da Secretaria da Saúde ou provocadas por eventuais impugnações, serão publicadas no Diário

Oficial do Estado de São Paulo.

15.2.3 - Ocorrendo qualquer alteração no edital que interfira na elaboração da PROPOSTA FINANCEIRA, será reaberto o prazo para entrega dos Envelopes, com designação de nova data para a realização da Sessão Pública.

15.2.4 - A Entidade que entregar os Envelopes I e II na data marcada, sem a formulação prévia de pedidos de informações ou esclarecimentos, caracterizará a presunção absoluta de que os elementos fornecidos no Edital são suficientemente claros e precisos para todos os atos a se cumprirem no âmbito participação no Chamamento Público, de maneira que não se admitirão alegações posteriores sobre obscuridades ou contradições deste Edital, cujos termos terão sido aceitos integral e incondicionalmente pela Entidade interessada.

15.3. No julgamento das propostas e da habilitação, a Comissão de Seleção poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.3.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo proponente são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão deste Chamamento Público.

15.3.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.4 - Os prazos constantes neste Edital de Chamamento Público que não estiverem especificados, deverão ser contados em dias corridos. Quando vencidos em dia não útil, prorrogam-se para o dia útil subsequente.

15.5 - Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas e questões decorrentes do presente Edital, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.6. - A Conveniada deverá iniciar a execução das atividades objeto do Convênio no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de assinatura do Instrumento.

15.7. Anexos. Integram o presente edital os seguintes anexos:

ANEXO I-A – Termo de Referência;

ANEXO I-B - Planilha de Orçamento;

ANEXO I-B.1 – Planilha de Custos;

ANEXO II – Situação Regular Perante o Ministério do Trabalho;

ANEXO III – Declaração de Incompatibilidade de Cargos e Funções;

ANEXO IV – Declaração de Ciência dos Termos do Convênio;

ANEXO V – Ficha Cadastral;

ANEXO VI - Declaração de Conta Específica;

ANEXO VII – Minuta de Convênio;

ANEXO VIII – Termo de Ciência e de Notificação;

ANEXO IX – Plano de Trabalho;

ANEXO X – Declaração de Patrimônio;

ANEXO XI – Declaração Negativa de Impedimentos;

ANEXO XII – Declaração Sobre Quadro Diretivo da Instituição;

ANEXO XIII-A – Certificado de Realização de Visita Técnica;

ANEXO XIII-B – Declaração de Opção por não realizar a visita técnica;

ANEXO XIV-Declaração de Certidão do Conselho Regional de Contabilidade– CRC.

ANEXO XV - Declaração de Atendimento ao Ministério da Saúde e Segurança do Trabalho

15.8. O Edital está à disposição dos interessados no site do Diário Oficial do Estado no endereço www.e-negociospublicos.com.br, no site da <http://www.saude.sp.gov.br> (editais de chamamento público).

Assis, 02 de janeiro de 2025.

Edmar Luis de Oliveira

Diretor Técnico De Saúde III

Departamento Técnico De Saúde

Hospital Regional De Assis

ANEXO I-A TERMO DE REFERÊNCIA

**GERENCIAMENTO DE LINHAS DE CUIDADOS DO HOSPITAL REGIONAL DE ASSIS
(URGÊNCIA E EMERGÊNCIA-PSR / ONCOLOGIA- UNACON / LEITOS CLÍNICOS E CIRÚRGICOS)**

1. INTRODUÇÃO

O Hospital Regional de Assis (HRA) é um Hospital Geral com o objetivo de prestar assistência médico-hospitalar integral ao Sistema Único de Saúde (SUS) para 25 (vinte e cinco) municípios das microrregiões de Assis e Ourinhos, sendo que na Obstetrícia de Alto Risco na urgência e na Psiquiatria, é referência para 62 (sessenta e dois) municípios.

Tem participação direta na Rede de Urgência e Emergência recebendo no Pronto Socorro Referenciado pacientes categorizados na linha vermelha, de acordo com a classificação de risco, assim como pacientes que necessitam de cuidados intensivos, encaminhados para a UTI Adulto, UTI mista (Neonatal/Pediátrica), referenciados pelo Sistema Informatizado de Regulação do Estado de São Paulo (SIRESP).

A instituição possibilita ainda internações eletivas por meio de avaliações ambulatoriais internas e externas, provenientes das redes públicas dos municípios para os quais é referência, nas áreas de: Clínica Médica, Cirurgia Geral, Pediatria, Obstetrícia de Alto Risco (partos complexos), Urologia, Ortopedia, Nefrologia, Neurologia Clínica e Neurocirurgia, Oncologia, Psiquiatria, Unidade de Tratamento Intensivo para adultos, neonatos e crianças (UTI Neonatal e Pediátrica) e Ambulatório de Especialidades (Cirurgia Geral, Ortopedia, Nefrologia, Urologia, Hepatologia, HIV, Neurocirurgia).

O presente Convênio se destina ao gerenciamento dos serviços do Pronto Socorro Referenciado Adulto, do Serviço de Oncologia- UNACON e Cuidados em leitos Clínicos e Cirúrgicos no Hospital Regional de Assis na melhoria da qualidade dos atendimentos prestados à população, bem como garantir a ampliação da oferta na rede assistencial aos usuários do Sistema Único de Saúde-SUS.

2. OBJETO

2.1. A presente parceria tem por objeto o gerenciamento técnico/administrativo dos seguintes Serviços de Saúde: Urgência e Emergência Adulto (Pronto Socorro Referenciado); Cuidados em Leitos Clínicos e Cirúrgicos; e Serviço de Oncologia (UNACON), todos no Hospital Regional de Assis, compreendendo atendimento médico, de enfermagem, fisioterápico, fonoaudiólogo, psicológico e serviço social, de forma quantitativa e qualitativa, com o fornecimento de equipe multidisciplinar de plantonistas e diaristas, para o funcionamento ininterrupto das Unidades descritas no item 2.3.

2.2. Este Termo de Referência tem como objetivo estabelecer as obrigações e responsabilidades para a adequada execução dos serviços assistenciais no Pronto Socorro Referenciado. O atendimento abrange diversas especialidades e é destinado a pacientes classificados como risco vermelho, incluindo cuidados clínicos e cirúrgicos nas áreas de cirurgia geral, cirurgia pediátrica, ortopedia, cirurgia vascular, neurocirurgia, neurologia, urologia e anestesiologia. Além disso, contempla a assistência em leitos clínicos e cirúrgicos, incluindo a oncologia (UNACON), em todas as fases: pré, trans e pós-operatória.

2.3. Para o atendimento aos pacientes em todas as linhas de cuidado previstas, será disponibilizada a seguinte estrutura física:

ü No **Pronto Socorro Referenciado**: 02 leitos de estabilização, 04 leitos de emergência, 02 leitos de emergência/isolamento e 02 de transferência, incluindo Pronto Atendimento Oncológico e Atendimento às Vítimas de Violência Sexual "Programa Pétala" com 01 recepção, 01 consultório médico, 06 poltronas para pacientes oncológicos;

ü Na **Enfermaria de Clínica Médica**: 24 leitos, 01 posto de enfermagem, 01 sala de conforto médico, 01 sala de conforto de enfermagem, 01 sala de emergência, 01 DML, 01 expurgo e banheiros exclusivos para funcionários;

ü Na **Enfermaria de Cirurgia Geral**: 24 leitos, 01 posto de enfermagem, 01 sala de conforto de enfermagem, 01 DML, 01 expurgo e banheiros exclusivos para funcionários;

ü No **Centro Cirúrgico**: 04 salas cirúrgicas hospitalares e 01 sala obstétrica;

ü Na **Oncologia**: 14 poltronas para quimioterapia de curta duração, 04 camas para quimioterapia de longa duração, 05 consultórios médicos, 01 consultório multiprofissional, 01 sala de emergência, 01 recepção de pré-consulta, 01 recepção de pós-consulta, 01 sala para Registros Hospitalares de Câncer (RHC).

2.4. A gestão dos serviços obedecerá à normatização atualmente aplicável do Ministério de Saúde (MS) /Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), as Resoluções e Pareceres dos Conselhos dos profissionais de Saúde envolvidos na assistência, e as demais legislações pertinentes que dispõem sobre os requisitos mínimos para funcionamento dos Setores envolvidos na contratação.

3. CARACTERÍSTICAS DA DEMANDA

3.1. Pacientes provenientes do Pronto Socorro Referenciado e em acompanhamento ambulatorial, ambos no Hospital Regional de Assis, bem como pacientes encaminhados via regulação estadual SIRESP - Sistema Informatizado de Regulação do Estado de São Paulo, que necessitem de tratamento nas Unidades de Internação referidas no item 2.3.

3.2. Pacientes que necessitam ser submetidos a procedimentos cirúrgicos nas especialidades mencionadas no item 2,2, em caráter de urgência ou emergência. A prioridade será dada aos que aguardam vagas enquanto estão internados na própria Unidade (em leitos de internação ou em observação no pronto-socorro), bem como aos pacientes encaminhados via regulação estadual, de acordo com o Cadastro de Demandas por Recurso (CDR) do sistema SIRESP.

4. DOS PROCEDIMENTOS E QUANTITATIVOS

4.1. O atendimento ao paciente clínico obedecerá aos parâmetros estabelecidos nos indicadores de resultado (Item 17.1.1 e 17.1.2.), limitados a capacidade física de leitos de enfermaria e pronto socorro referenciado, definidas no item 2.3, acima.

5. PROCESSO ASSISTENCIAL DE TRABALHO

5.1. A linha de cuidado propõe uma assistência integral, unificando as ações preventivas, curativas e de reabilitação, com a equipe multiprofissional atuando de forma coordenada, tendo o paciente como foco central do cuidado.

5.2. A assistência na linha de cuidados clínicos (clínica médica) abrangerá o diagnóstico e tratamento das patologias que não exigem intervenção cirúrgica. O cuidado incluirá o acompanhamento beira-leito na enfermaria, garantindo que o paciente receba os cuidados clínicos necessários. A equipe multiprofissional será responsável por assegurar o bem-estar do paciente, prevenindo complicações e promovendo sua recuperação adequada.

5.3. A linha de cuidados cirúrgicos abrangerá desde a realização de procedimentos cirúrgicos de urgência e emergência até o acompanhamento beira-leito na enfermaria. O atendimento será oferecido aos pacientes em todas as fases: preparo cirúrgico, transoperatório e cuidados pós-operatórios, até a alta hospitalar.

5.4. O atendimento anestésico de urgência e emergência abrangerá todas as etapas do tratamento anestésico no Pronto Socorro

Referenciado.

5.5. O gerenciamento da linha de cuidado dos serviços deverá garantir uma assistência voltada para a melhoria da qualidade de vida dos pacientes e suas famílias, prevenindo e aliviando o sofrimento. Isso será alcançado por meio da identificação precoce, avaliação adequada e tratamento eficaz da dor, bem como de outros problemas físicos e psicossociais.

5.6. A CONVENIADA deverá designar um preposto médico, que será responsável por representar a CONVENIADA e se reportar diretamente ao Gerente Médico da Unidade. O preposto médico deverá obrigatoriamente possuir o Registro de Qualificação de Especialidade (RQE), devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP).

5.7. A CONVENIADA deverá designar um preposto enfermeiro, que será responsável por representar a CONVENIADA e se reportar diretamente ao Gerente de Enfermagem da Unidade. É obrigatório que o preposto possua registro ativo em seu respectivo órgão de classe.

6. GERENCIAMENTO DE RISCOS E NOTIFICAÇÃO DE EVENTOS ADVERSOS

6.1 Deve ser realizado gerenciamento dos riscos inerentes às atividades realizadas nos Serviços, bem como aos produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária.

6.2. Deve-se buscar a redução e minimização da ocorrência dos eventos adversos relacionados a:

- I- Procedimentos de prevenção, diagnóstico, tratamento ou reabilitação do paciente;
- II- Medicamentos e insumos farmacêuticos;
- III- Produtos para saúde, incluindo equipamentos;
- IV- Uso de sangue e hemocomponentes;
- V- Saneantes;
- VI- Outros produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária utilizados na unidade.

6.3. Na monitorização e no gerenciamento de risco, a equipe deve:

- I - Definir e monitorar indicadores de avaliação da prevenção ou redução dos eventos adversos pertinentes à unidade;
- II - Coletar, analisar, estabelecer ações corretivas e notificar eventos adversos e queixas técnicas, conforme determinado pelo órgão sanitário competente.

6.4. Os eventos adversos devem ser notificados à gerência de risco ou outro setor definido pela Instituição, de acordo com as normas institucionais.

7. PROTOCOLOS CLÍNICOS

7.1. As diretrizes e protocolos clínicos constituem importante ferramenta para tornar as condutas de assistência aos usuários mais homogênea e de melhor qualidade científica.

7.2. O Hospital Regional de Assis disporá das suas normas institucionais e das rotinas dos procedimentos assistenciais e administrativos realizados para que, de comum acordo entre a **CONVENIADA** e a direção da Instituição, possam ser elaboradas, em conjunto com os setores envolvidos na assistência ao paciente grave, no que for pertinente, em especial com as Comissões de Controle de Infecção Hospitalar, a fim de estabelecer novas diretrizes/protocolos e Procedimento Operacional Padrão para os Serviços.

7.3 Uma vez estabelecidas estas novas diretrizes/protocolos, serão aprovados e assinados pelos prepostos Técnicos – Médico e Enfermagem, da **CONVENIADA**.

8. RECURSOS HUMANOS

8.1. CUIDADOS DOS LEITOS CLÍNICOS

As atribuições e as responsabilidades de todos os profissionais estarão formalmente designadas, descritas e divulgadas a todos os que atuarão no gerenciamento da linha de cuidado clínico - **Enfermaria de Clínica Médica**.

ü Os médicos diaristas/rotineiro, da especialidade Clínica Médica, deverão estar disponíveis na razão de **01 (um) para cada 10 (dez) leitos ou fração**, no turno matutino, possibilitando o acompanhamento da evolução clínica dos pacientes.

ü O médico da Especialidade de Neurologia, que deverá permanecer de sobreaviso, devendo atender as intercorrências neurológica, dos pacientes internados nos leitos da clínica médica.

Nota: É imperativo que **TODOS** os profissionais médicos possuam Registro de Qualificação de Especialidade – RQE, registrado no Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo – CREMESP, em suas respectivas áreas de atuação.

ü Os enfermeiros assistenciais deverão estar disponíveis na razão mínima de **01 (um) para cada 24 (vinte e quatro) leitos ou fração**, para os turnos diurnos e noturno.

ü Os técnicos de enfermagem deverão estar disponíveis na razão mínima de 01 (um) para cada 05 (cinco) leitos ou fração, para o turno diurno, e 01 (um) para cada 07 (sete) leitos ou fração, para o turno noturno.

8.1.1 Equipe Assistencial

ü **03 (três) médicos diaristas/rotineiros** atuando diariamente com jornada de 6 (seis) horas, de segunda a domingo, das 07h00 às 13h00 (período matutino);

ü **01 (um) médico da especialidade de neurologia** que deverá permanecer de sobreaviso, devendo atender as intercorrências neurológica, quando houver;

ü **02 (dois) Enfermeiros**, que atuarão de segunda a domingo, sendo 01 (um) das 7h00 às 19h00 e 01 (um) das 19h00 às 07h00, ininterruptamente.

ü **09 (nove) Técnicos de Enfermagem**, que atuarão de segunda a domingo, sendo 05 (cinco) das 7h00 às 19h00 e 04 (quatro) das 19h00 às 07h00, ininterruptamente.

8.1.2. Equipe Auxiliar

ü **01 (um) Fonoaudiólogo** por turno de 6 (seis) horas, de segunda a sexta-feira, das 07h00 às 13h00 (período matutino)

ü **02 (dois) Fisioterapeutas** de segunda a domingo, sendo 01(um) das 7h00 às 13h00 e 01 (um) das 13h00 às 19h00

ü **01 (um) Assistente Social** por turno de 6 (seis) horas, de segunda a sexta-feira, das 07h00 às 13h00

ü **01 (um) Auxiliar Administrativo** de segunda a domingo, das 07h00 às 19h00.

Nota: O Auxiliar Administrativo terá a função de manter a organização dos prontuários que deverão ser entregues no Núcleo de Admissão do Hospital Regional de Assis até, no máximo, 48 horas após a alta do paciente, com check- list de documentos sugerido pela instituição, já conferido, organizado e demais atribuições administrativas inerentes ao núcleo.

8.2. ONCOLOGIA- UNACON

As atribuições e as responsabilidades de todos os profissionais estarão formalmente designadas, descritas e divulgadas a todos os que atuarão no gerenciamento da linha de cuidado oncológico e paliativo – **Oncologia UNACON**.

ü **Os médicos Oncologistas Clínicos** deverão estar disponíveis para assistência quimioterapia de curta duração e longa duração, no turno matutino e vespertino, possibilitando o acompanhamento da evolução clínica dos pacientes.

ü **Médicos Cirurgiões Oncológicos** para atender as demandas cirúrgicas nas prevalências definidas pela Convenente: Mastologia, Ginecologia, Urologia, Aparelho Digestivo; Cirurgia Plástica (reconstrução mamária),

Nota: **TODOS** os profissionais médicos devem possuir Registro de Qualificação de Especialidade – RQE, registrado no Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo – CREMESP, em Especialidades Clínica e Cirúrgica Oncológicas.

ü **03 (três) Enfermeiros assistenciais**, que atuarão na assistência para as quimioterapias de longa e curta permanência, de segunda a sexta, das 7h00 às 19h00;

ü **03 (três) Técnicos de Enfermagem**, que atuarão na assistência para as quimioterapias de longa e curta permanência, de segunda a sexta, das 7h00 às 19h00;

ü **01 (um) Assistentes Sociais**, que atuarão de segunda a sexta, sendo das 07h00 às 13h00;

ü **01 (um) Psicólogo**, que atuarão de segunda a sexta, sendo das 07h00 às 13h00;

ü **01 (um) Farmacêutico**, que atuarão de segunda a sexta, sendo das 07h00 às 19h00.

8.2.1 Equipe Assistencial

ü **02 (dois) Médicos Especialista em Oncologia Clínica**, diaristas/rotineiro, atuando diariamente com jornada de 6 (seis) horas, de segunda à sexta-feira, sendo 01 (um) das 07h00 às 13h00 e 1 (um) das 13h00 às 19h00 (período diurno);

ü **Retaguarda de Médicos Oncologista Cirúrgicos das seguintes áreas de atuação:** Oncologia Cirúrgica-Urologia, Oncologia Cirúrgica- Aparelho Digestivo, Oncologia Cirúrgica Mastologia, Oncologia Cirúrgica-Ginecologia, acionado quando necessário pelo Responsável Técnico, para avaliações e intervenções cirúrgicas e Cirúrgica-Plástica para atender as metas/demandas cirúrgicas de reconstrução mamária, igualmente acionado quando necessário pelo Responsável Técnico;

ü **03 (três) Enfermeiros** Assistenciais com jornada de 12 horas de segunda a sexta-feira, das 7h00 às 19h00;

ü **03 (três) Técnicos de Enfermagem**, que atuarão de segunda a sexta-feira, das 7h00 às 19h00;

ü **01 (um) Assistente Social** de segunda a sexta-feira, das 07h00 às 13h00,

ü **01 (um) Farmacêutico** com jornada de 12 horas de segunda a sexta-feira, das 7h00 às 19h00 (matutino e vespertino);

ü **01 (um) Psicólogo** de segunda a sexta-feira, das 07h00 às 13h00 – Sendo que o Psicólogo atuará na Oncologia e Clínica Médica.

8.2.2 Equipe Auxiliar

ü **02(dois) Auxiliares de Farmácia** com jornada de 12 horas de segunda a sexta- feira, das 7h00 às 19h00;

ü **03 (três) Auxiliar Administrativo** de segunda a sexta-feira, das 07h00 às 19h00;

Nota: O Auxiliar Administrativo terá a função de manter a organização dos prontuários que deverão ser entregues no Núcleo de Admissão do Hospital Regional de Assis até, no máximo, 48 horas após a alta do paciente, com check-list de documentos sugerido pela instituição, já conferido, organizado e demais atribuições administrativas inerentes ao núcleo.

8.3. CUIDADOS DOS LEITOS CIRÚRGICOS

As atribuições e as responsabilidades de todos os profissionais estarão formalmente designadas, descritas e divulgadas a todos os que atuarão no gerenciamento da linha de cuidado cirúrgico de enfermagem na **Enfermaria de Clínica Cirúrgica**.

ü Os enfermeiros assistenciais, no mínimo 01 (um) para cada 24 (vinte e quatro) leitos ou fração, para os turnos diurnos e noturnos;

ü Os técnicos de enfermagem, no mínimo 01 (um) para cada 05 (cinco) leitos ou fração, para o turno diurno, e 01 (um) para cada 07 (sete) leitos ou fração, para o turno noturno.

8.3.1. Equipe Assistencial

ü **02 (dois) Enfermeiros**, que atuarão de segunda a domingo, sendo 01 (um) das 7h00 às 19h00 e 01 (um) das 19h00 às 07h00, ininterruptamente.

ü **09 (nove) Técnicos de Enfermagem**, que atuarão de segunda a domingo, sendo 05 (cinco) das 7h00 às 19h00 e 04 (quatro) das 19h00 às 07h00, ininterruptamente.

8.3.2. Equipe Auxiliar

ü **01 (um) Auxiliar Administrativo** de segunda a domingo, das 07h00 às 19h00.

Nota: Este profissional terá a função de manter a organização dos prontuários que deverão ser entregues no Núcleo de Admissão do Hospital Regional de Assis até, no máximo, 48 horas após a alta do paciente, com check-list de documentos sugerido pela instituição, já conferido, organizado e demais atribuições administrativas inerentes ao núcleo.

8.4. CUIDADOS PRONTO SOCORRO REFERENCIADO

As atribuições e as responsabilidades de todos os profissionais estarão formalmente designadas, descritas e divulgadas a todos os que atuarão no Pronto Socorro Referenciado.

ü A equipe médica da CONVENIADA deverá atender todas as demandas espontâneas de urgência/emergência aos pacientes oncológicos; vítimas de violência sexual-Programa Pétala; pacientes classificados como risco vermelho, incluindo atendimentos clínicos e cirúrgicos nas especialidades de cirurgia geral, cirurgia pediátrica, ortopedia, vascular, neurocirurgia, urologia, anestesiologia, bem como as intercorrências dos leitos clínicos, cirúrgicos, oncológicos abrangendo todos os estágios: pré, trans e pós-operatório.

ü Os médicos plantonistas do Pronto Socorro Referenciado, deverão estar disponíveis na razão de 03 (três) para cada dez leitos ou fração, no turno diurno e noturno, ininterruptamente, **sendo 01 (um) socorrista, 01 (um) cirurgião geral e 01 (um) anestesista**, possibilitando o acompanhamento da evolução clínica dos pacientes.

ü Médicos das Especialidades: cirurgia geral, cirurgia pediátrica, ortopedia, vascular, neurocirurgia, urologia, que deverão permanecer de sobreaviso disponíveis para atender as demandas de urgência, emergência e cirúrgicas em até 02 (duas) horas após contato dos profissionais socorristas de plantão na Unidade.

Nota: É imperativo que TODOS os profissionais médicos possuam Registro de Qualificação de Especialidade – RQE, registrado no Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo – CREMESP.

ü Os enfermeiros assistenciais, no mínimo 01 (um) para cada 10 (dez) leitos ou fração, em cada turno; ininterruptamente.

ü Os técnicos de enfermagem, no mínimo 01 (um) para cada 02 (dois) leitos ou fração, para os turnos diurno e noturno, ininterruptamente.

8.4.1. Equipe Assistencial

ü **06 (seis) Médicos plantonistas** com jornada diária de 12 (doze) horas, atuando diariamente de segunda a domingo, sendo **03 (três)** das 07h00 às 19h00 e **03 (três)** das 19h00 às 07h00, sendo: **01 (um) Socorrista, 01 (um) Cirurgião Geral e 01 (um) Anestesista**.

ü **Retaguarda de Médicos das seguintes Especialidades Cirúrgicas:** cirurgião geral, cirurgião pediatra, ortopedista e traumatologista, cirurgião vasculares, neurocirurgiões, cirurgião urológicos, acionados quando necessário pelo Responsável Técnico, para avaliações e intervenções, quando houver, devendo atender ao chamado em para atender as demandas de urgência, emergência e cirúrgicas em até 02 (duas) horas;

ü **02(dois) Enfermeiros Assistenciais** com jornada de 12 horas de segunda a domingo, sendo **01 (um)** das 7h00 às 19h00 e **01 (um)** das 19h00 às 7h00

ü **10 (dez) Técnicos de Enfermagem**, que atuarão de segunda a domingo, sendo **05 (cinco)** das 7h00 às 19h00 e **05 (cinco)** das 19h00 às 07h00.

8.4.2. Equipe Auxiliar

ü **01 (um) Auxiliar Administrativo** de segunda a domingo, das 07h00 às 19h00

Nota: Este profissional auxiliar administrativo terá a função de manter a organização dos prontuários que deverão ser entregues no Núcleo de Admissão do Hospital Regional de Assis até, no máximo, 48 horas após a alta do paciente, com check-list de documentos sugerido pela instituição, já conferido, organizado e demais atribuições administrativas inerentes ao núcleo.

8.5. Todos os profissionais descritos nos itens 8.1.1 ao 8.4.2 deverão ter presença física e sua cobertura prevista em termos de absenteísmo sem gerar prejuízos a assistência prestada, mantendo sempre o efetivo diário descrito e respeitando à legislação aplicável à matéria ou outra que venha sobrepô-la.

8.6. O Hospital Regional de Assis é uma instituição de ensino, que oferece campo de estágios multidisciplinar com acesso a todas as clínicas do Hospital, incluindo as aqui descritas.

9. RECURSOS MATERIAIS

9.1. Todos os materiais médico-hospitalares e medicamentos, assim como os procedimentos de apoio diagnóstico e propedêutica instrumental serão fornecidos pelo Hospital Regional de Assis, bem como as dietas enterais e parenterais, seguindo a padronização existente na Unidade.

Nota: Os materiais médico-hospitalares e medicamentos serão padronizados pelo Hospital Regional de Assis e, portanto, os médicos e as equipes multidisciplinares NÃO PODERÃO solicitar materiais médicos hospitalares e medicamentos prescritos não padronizados pelo HRA e regramento do SUS.

9.2. As remoções com ambulâncias convencionais e de suporte avançado, poderão ser atendidas com recursos da CONVENIENTE, devendo a **CONVENIADA** solicitar formalmente com antecedência ao Hospital, conforme protocolo institucional.

9.3. Será disponibilizada à CONVENIADA a lista de medicamentos, insumos e dietas padronizados pela Unidade. Nos casos em que for necessário o uso de itens não padronizados, o responsável da CONVENIADA deverá encaminhar uma solicitação, por meio de formulário específico, para avaliação e possível inclusão do item pelas equipes de Padronização da Unidade, observando as regras dos componentes do SUS.

9.4. A **CONVENIADA** deverá zelar pelo uso adequado dos equipamentos e mobiliários dentro das normas técnicas, atendendo os protocolos institucionais orientados pelo Serviço de Epidemiologia e Controle de Infecção Hospitalar da CONVENIENTE.

9.5. A CONVENIADA deverá utilizar o Sistema Informatizado para Gestão Assistencial, disponibilizado pelo **CONVENIENTE**, contemplando os treinamentos necessários aos profissionais.

10. RACIONALIZAÇÃO DOS RECURSOS

10.1. A equipe da CONVENIADA deverá proceder ao uso racional de antimicrobianos e insumos, água e energia elétrica, estabelecendo normas e rotinas de forma interdisciplinar e em conjunto com a CCIH, Farmácia Hospitalar, Almoxarifado e Laboratório de Microbiologia.

10.2. Serão monitorados e registrados o desempenho e o padrão de funcionamento geral dos Serviços, assim como eventos que possam indicar a necessidade de melhorias na qualidade da assistência, com o objetivo de estabelecer medidas de controle ou redução desses eventos, garantindo a melhoria contínua dos serviços.

11. TRANSPORTE DE PACIENTES

11.1. O transporte intra-hospitalar do paciente grave é de responsabilidade da equipe da CONVENIADA, devendo esta disponibilizar a equipe necessária.

11.2. Em caso de transporte intra-hospitalar para realização de algum procedimento diagnóstico ou terapêutico, os dados do prontuário devem estar disponíveis para consulta dos profissionais do setor de destino.

11.3. O transporte inter-hospitalar e deslocamentos para exames de paciente que não necessitam de suporte avançado é de responsabilidade da CONVENIADA, devendo ser seguidos os requisitos constantes na Portaria GM/MS n. 2048, de 05 de novembro de 2002; e no que se refere a recursos humanos a responsabilidade será da CONVENIADA, devendo fornecer a equipe de enfermagem para acompanhar o paciente, se for o caso.

11.4. O transporte inter-hospitalar de paciente que necessitam de suporte avançado UTI Móvel é de responsabilidade da CONVENIADA, devendo ser seguidos os requisitos constantes na Portaria GM/MS n. 2048, de 05 de novembro de 2002; e no que se refere a recursos humanos a responsabilidade será da CONVENIADA, devendo fornecer a equipe médica e a equipe de enfermagem para acompanhar o paciente, se for o caso.

11.5. Em caso de transferência inter-hospitalar por alta do Serviço, o paciente deverá ser acompanhado de um relatório de transferência, o qual será entregue no local de destino do paciente.

11.6. O relatório de transferência, de responsabilidade da CONVENIADA, deve conter, no mínimo:

I. Dados referentes ao motivo de internação;

II. Dados referentes ao período de internação, incluindo realização de procedimentos invasivos, intercorrências, infecções, transfusões de sangue e hemoderivados, tempo de permanência em assistência ventilatória mecânica invasiva e não invasiva, realização de diálise e exames diagnósticos;

III. Dados referentes à alta e ao preparatório para a transferência, incluindo prescrições médica e de enfermagem do dia, especificando apazamento de horários e cuidados administrados antes da transferência, perfil de monitorização hemodinâmica, equilíbrio acidobásico, balanço hídrico e sinais vitais das últimas 24 horas.

12. CADASTRO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

12.1. A CONVENIADA deverá manter cadastro atualizado dos profissionais disponibilizados por ela. Estes registros deverão ser colocados à disposição da CONVENIADA quando do início das atividades.

12.2. O cadastro deverá conter:

ü Curriculum Vitae do Profissional;

ü Foto 3x4;

ü Cópia do Diploma de Formação de entidade reconhecida pelo MEC e registro no Conselho Regional de Classe, quando couber;

ü Registro de Qualificação de Especialista – RQE, registrado no Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo – CREMESP, de todos os profissionais médicos que atuarão na execução das atividades assistenciais, conforme área de atuação.

Observação: O Registro de Qualificação de Especialista (RQE), de todos os profissionais que atuarão nas linhas de cuidados do Hospital Regional de Assis, deverá ser apresentado pela CONVENIADA ao início da execução das atividades médicas nas seguintes especialidades:

a) Cuidados em leitos de Clínica Médica: **Especialidades clínicas;**

b) Cuidados em leitos Cirúrgicos: **Especialidades cirúrgicas;**

c) Cuidados no Pronto Socorro: **Especialidades Clínicas e Cirúrgicas** definidas no item 8.4;

d) Oncologia- UNACON: **Especialidades Oncológicas** definidas no item 8.2.

ü Certificado de curso de capacitação: BLS, ACLS, ATLS ou ATLSN:

• BLS – Suporte Básico de Vida – para técnicos de enfermagem.

• ACLS – Suporte Avançado de Vida em Cardiologia – para enfermeiros e médicos.

• ATLSN – Suporte Avançado em Enfermagem de Vida ao Trauma - para enfermeiros.

• ATLS – Suporte Avançado de Vida ao Trauma – para Clínico, Cirurgião e Ortopedista.

• Preenchimento obrigatório da ficha para cadastro no CNES.

13. HUMANIZAÇÃO

13.1. A humanização é uma das políticas prioritárias do Ministério da Saúde. Assim, as práticas de atenção e gestão humanizada devem presidir as relações entre paciente e os profissionais que o atendem, objetivando este fim.

13.2. Caberá a equipe multiprofissional o fornecimento de orientações aos familiares e aos usuários em linguagem clara, sobre o estado de saúde e assistência a ser prestada desde a admissão até a alta.

13.3. O responsável legal pelo paciente deve ser informado sobre as condutas clínicas e procedimentos a que ele será submetido.

13.4. A CONVENIADA deve assegurar, através de todos os profissionais que atuam no serviço, o seguinte:

ü Preservação da identidade e da privacidade do paciente, assegurando um ambiente de respeito e dignidade;

ü Fornecimento de orientações aos familiares e aos pacientes, quando couber, em linguagem clara, sobre o estado de saúde e a assistência a ser prestada desde a admissão até a alta;

ü Ações de humanização da atenção à saúde;

ü Promoção de ambiência acolhedora;

ü Incentivo à participação da família na atenção ao paciente, sobretudo na enfermaria de cuidados paliativos.

13.5. A presença de acompanhantes deve ser normatizada em conjunto com a equipe da CONVENIADA E CONVENENTE, com base na legislação vigente.

14. RESPONSABILIDADES DA CONVENIADA

14.1. A CONVENIADA se responsabilizará por todos os encargos trabalhistas decorrentes da contratação dos profissionais habilitados, e todas as despesas necessárias à execução dos serviços, incluindo: transporte pessoal, livres de quaisquer ônus para a CONVENENTE, seja estes de natureza trabalhista, previdenciárias, dentre outros.

14.2. Executar os serviços assistenciais em conformidade com este Termo de Referência, contratando e gerindo profissionais especializados, capacitados e devidamente treinados para o perfeito e regular atendimento assistencial.

14.3. Possuir equipe de profissionais habilitados suficiente para as funções às quais foram admitidos, com especialização comprovada.

14.4. A equipe profissional da CONVENIADA deverá realizar o atendimento contratualizado na totalidade, conforme necessidade da Unidade e será fiscalizada por preposto indicado pela Diretoria Técnica do Hospital Regional de Assis, a qual determinará as rotinas e os serviços que julgar necessários aos planos de trabalho, de acordo com as necessidades e legislações pertinentes, devendo ser os mesmos apresentados a CONVENENTE.

14.4.1. A CONVENIADA deverá observar os regramentos do SUS, inclusive gratuidade integral do atendimento, protocolos clínicos, assistência farmacêutica e demais relevantes sob a ótica técnica

14.5. Selecionar e preparar rigorosamente os funcionários que irão prestar os serviços, sendo os mesmos devidamente capacitados e treinados para o perfeito e regular atendimento da CONVENENTE.

14.6. A CONVENIADA deverá:

ü Realizar o gerenciamento da escala de todos os profissionais, através da indicação ou substituição dos profissionais que executarão as atividades;

ü A implantação e supervisão de protocolos de atendimento médico assistencial definidos pela CONVENENTE;

ü Ser responsável pela cobertura do atendimento médico e não médico de forma ininterrupta;

ü Atender as intercorrências a pacientes internados na clínica médica e na clínica cirúrgica, bem como a realização de procedimentos invasivos;

ü Providenciar a substituição dos profissionais de forma que o atendimento não seja descontinuado;

ü Zelar pelos equipamentos de propriedade da CONVENENTE e os alocados à Conveniada no gerenciamento do objeto deste Convênio, responder por qualquer dano causado, independente da culpa;

ü Preencher fichas e emitir relatórios necessários, que fazem parte obrigatória da documentação objeto da prestação do serviço;

ü Registrar no prontuário do paciente todo o atendimento realizado, objeto da prestação de serviço;

ü Cumprir e fazer cumprir o Código de Ética Médica nos termos na Resolução CFM – 1931/2009;

ü Cumprir e fazer cumprir a Resolução do Conselho Federal de Medicina-CFM 1802/2006 e/ou outra que venha substituí-la;

ü Cumprir e fazer cumprir a Resolução do Conselho Federal de Enfermagem – Parecer- Normativo 01/2024 e as demais que asseguram a assistência segura e humanizada;

ü Cumprir e fazer cumprir a Resolução do Conselho Federal de Fisioterapia - COFFITO N.º 444/2014 e as demais que asseguram a assistência segura e humanizada;

ü Toda a Equipe de Trabalho sob responsabilidade da CONVENIADA deve estar adequadamente uniformizada, com o uso de equipamento de uso pessoal, identificada com crachá de fácil identificação, devendo estabelecer uma linguagem uniforme, integrada e uma postura acolhedora aos usuários que buscam a Assistência;

ü A CONVENIADA deve instalar controle de acesso e frequência eletrônico dos seus profissionais, deixando à disposição da CONVENENTE;

ü A responsabilidade Ética Profissional da CONVENIADA deverá seguir as orientações da Comissão de Ética Médica da CONVENENTE;

ü A responsabilidade da CONVENIADA que todos os profissionais estejam imunizados contra tétano, difteria, hepatite B, Covid, sarampo, caxumba e rubéola, Covid, de acordo com a NR32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde estabelecida pela Portaria MTE/GM nº 485, de 11 de novembro de 2005;

ü A CONVENIADA será responsável, objetivamente, pela imperícia, por falhas técnicas, pela falta de hígidez financeira e por prejuízos causados pelos terceiros por ela contratados para a execução de serviços.

ü A CONVENIADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, éticos e comerciais resultantes da execução do Convênio, não podendo ser imputada qualquer responsabilidade a CONVENENTE.

ü A CONVENIADA deverá zelar pelo uso adequado dos equipamentos colocados à sua disposição, dentro das normas técnicas, atendendo os protocolos institucionais orientados pelo Serviço de Epidemiologia e Controle de Infecção Hospitalar da CONVENENTE.

ü A CONVENIADA será responsável pela inserção, atualização e acompanhamento de pedidos de ambulância, exames ou procedimentos não disponíveis nessa Unidade, via CROSS, sempre que se fizer necessário.

ü Os profissionais da CONVENIADA devem prestar atendimento integral a todos os pacientes atendidos nos Serviços. Deverão preencher resumo de alta e de transferência (inter e intra- hospitalar), bem como AIH (Autorização para Internação Hospitalar) e formulários de solicitação de medicação de alto custo.

ü Cumprir todas as normas, regras e leis aplicáveis a execução do objeto do Convênio, inclusive as normas internas do Hospital Regional de Assis.

ü Indenizar, imediatamente, a CONVENIENTE por quaisquer danos que seus representantes legais, prepostos, empregados ou terceiros credenciados causem, por culpa, dolo, ação ou omissão, a CONVENIENTE ou a terceiros.

ü Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados nos termos da legislação em vigor.

ü Disponibilizar profissionais em quantidade necessária para garantir a operacionalização dos serviços nos regimes contratados, obedecendo às disposições da legislação trabalhista vigente.

ü Relatar à Diretoria do Hospital Regional de Assis qualquer irregularidade observada nos Serviços.

ü Responsabilizar-se civil e/ou criminalmente por danos decorrentes de ação, omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, que seus funcionários, nessa qualidade, causarem a qualquer pessoa, bens públicos, privados, móveis, imóveis, deste nos termos da Legislação Vigente;

14.7. A CONVENIADA encaminhará à CONVENIENTE toda e qualquer informação solicitada, na formatação e periodicidade por esta determinada. As informações solicitadas referem-se aos aspectos abaixo relacionados:

ü Relatórios contábeis e financeiros;

ü Relatórios referentes aos Indicadores de Qualidade estabelecidos;

ü Relatório de Custos;

ü Pesquisa de satisfação de pacientes e acompanhantes;

ü Escalas de trabalho dos profissionais contratados, conforme área de atuação, de acordo com modelo padronizado, devendo ser entregues até o dia 25 de cada mês subsequente à Gerência de Recursos Humanos da CONVENIENTE.

14.8. DAS OBRIGAÇÕES ASSISTENCIAIS ESPECÍFICAS DA UNACON-HRA

14.8.1. Considerando que os serviços de Oncologia devem atender critérios específicos, a CONVENIADA deverá atender toda a demanda de consultas ambulatoriais oncológicas originadas pela habilitação desta instituição como UNACON junto ao Ministério da Saúde objetivando o atendimento do paciente oncológico nas áreas médicas de oncologia clínica e cirúrgica.

14.8.2. Atender, ainda, toda a demanda de **consultas ambulatoriais oncológicas** nas seguintes **áreas de apoio**: de enfermagem (pré e pós consulta), triagem pré-quimioterapia, psicologia, serviço social e farmacêutico.

14.8.3. Realização dos seguintes procedimentos: heparinização de portocath, inserção e manutenção dos cateteres de PICC, administração de medicamentos especiais para o tratamento oncológico, laserterapia, bloqueios analgésicos e aplicação de quimioterapia intratecal.

14.8.4. Gerenciamento administrativo, técnico e assistencial de todas as sessões de quimioterapia, agendadas ambulatorialmente neste hospital, considerando quantitativo mínimo de 14 (catorze) Cadeiras, 04 camas para QT longa, incluindo a manipulação e o preparo farmacêutico de medicamentos oncológicos e a retaguarda médica para o atendimento das intercorrências decorrentes das sessões de QT.

14.8.5. Os profissionais da CONVENIADA serão responsáveis pela internação e visitas hospitalares de todos os pacientes da UNACON-HRA, inclusive daqueles que intercorrerem durante uma sessão de quimioterapia ambulatorial e necessitarem de internação hospitalar.

14.8.6. Semanalmente deverá haver reuniões multidisciplinares entre a CONVENIADA e CONVENIENTE para discussão de casos e definição de condutas e agendamentos das internações hospitalares que se façam necessárias para o adequado atendimento do paciente oncológico, respeitando o período de ciclagem da QT.

14.8.7. Gerenciamento Administrativo junto a Recepção dos pacientes Oncológicos, que deverá ser responsável por todo o trâmite administrativo junto aos Sistemas de Regulação, no tocante a inserção de pacientes novos (internos), recepção de agendas (Check-in e Check-out), elaboração de agendas ambulatoriais e cirúrgicas, em conformidade com este Projeto e/ou determinado pela Gestão desta Unidade, lançamentos juntos aos sistemas da Rede de Oncologia, principalmente junto ao RHC – Registro Hospitalares de Câncer, Faturamento Hospitalar e demais sistemas pertinentes.

14.8.8. A CONVENIADA será responsável pela organização dos pacientes, realizando o atendimento administrativo em toda a sua integralidade. Todos os registros deverão estar junto aos sistemas de Regulação e de Gestão interno da Unidade. Emissão de relatórios administrativos e rotina administrativa.

14.8.9. Os pacientes que intercorrerem durante uma sessão de quimioterapia ambulatorial devem ser prontamente atendidos na Unidade de Quimioterapia e se necessário suporte intensivo, encaminhados ao Pronto Socorro Referenciado do HRA. Os pacientes que permanecerem na PSR ou em qualquer outra unidade de internação do Hospital, deverão ser visitados diariamente pelo oncologista/oncohemato da CONVENIADA.

NOTA: Não é de responsabilidade da CONVENIENTE o fornecimento de alimentação e uniforme aos funcionários da CONVENIADA.

14.9. DAS ATRIBUIÇÕES DOS PREPOSTOS DAS EQUIPES DA CONVENIADA

ü Designar prepostos, médico e enfermeiro, designados pela CONVENIADA, dará cobertura aos profissionais da CONVENIADA envolvidos em todos os Setores objeto do Convênio, e a representará nos assuntos relacionados à prestação do serviço, inclusive nas reuniões e demais assuntos de interesse das Equipes de trabalho da CONVENIENTE;

ü Os prepostos deverão dar assistência aos profissionais da CONVENIADA durante os 07 dias da semana, por 24 horas, e deverá manter integração contínua com os demais profissionais envolvidos no atendimento de seus respectivos locais de atuação;

ü Fazer o gerenciamento das escalas de trabalho, através da indicação ou substituição dos profissionais que exercerão o plantão;

ü Fazer a implantação e o gerenciamento de protocolos propostos pelo Hospital Regional de Assis;

ü Supervisionar e acompanhar o desempenho das equipes envolvidas na contratação, através dos índices definidos no Convênio.

15. RESPONSABILIDADES DA CONVENIENTE

15.1. A CONVENIENTE cederá à CONVENIADA os equipamentos e mobiliários atualmente existentes, em perfeitas condições de uso.

15.2. Os serviços de apoio diagnóstico e procedimentos disponíveis no Hospital Regional de Assis, incluindo a agência transfusional, serão disponibilizados para o uso dos pacientes dos Serviços, sendo que os exames ou procedimentos não disponíveis nessa Unidade serão referenciados, de

acordo com pactuação regional e Sistema CROSS.

15.3. Disponibilizar o serviço de anestesiologia em condições complementares para a realização dos procedimentos cirúrgicos contratados.

15.4. Realizar a manutenção predial e limpeza diária de todo o espaço físico disponibilizado à CONVENIADA, bem como os serviços de controle de acesso, manutenção hidráulica/elétrica/predial e manutenção de equipamentos. Ser responsável, ainda, pelos serviços de lavanderia e recolhimento de roupas sujas, lavagem, preparo e esterilização de materiais por autoclave convencional ou esterilização a frio e Coleta/destino adequado do lixo hospitalar.

15.5. Responsabilizar-se pelas despesas referentes às concessionárias de serviços públicos, tais como: energia, água, gás e esgoto.

15.6. Fornecimento de gases medicinais e instalação para vácuo (quando disponível) na área destinada ao serviço, bem disponibilizar os serviços de laboratório de análises clínicas, durante os turnos de funcionamento, diariamente, com os exames padronizados.

15.7. Os exames de Apoio diagnóstico e Terapêutico aos pacientes clínicos e cirúrgicos atendidos no Serviço serão de responsabilidade da CONVENENTE, devendo os profissionais da CONVENIADA seguir os protocolos e rotinas pré-estabelecidos pela Unidade para essa solicitação.

15.8. O Hospital Regional de Assis disporá de registro das normas institucionais e das rotinas dos procedimentos assistenciais e administrativos realizados na Unidade.

16. BOAS PRÁTICAS CLÍNICAS

Os parâmetros que se relacionam diretamente com a boa prática clínica são:

- a) Orientações estabelecidas pela CONVENENTE.
- b) Qualificação dos profissionais.
- c) Utilização de registro da atividade assistencial.
- d) Perfil de prescrição farmacêutica.
- e) Avaliação externa da prática assistencial.
- f) Educação Continuada.
- g) Educação Permanente.

17. INDICADORES DE REMUNERAÇÃO, QUALIDADE E DESEMPENHO

Os indicadores estão relacionados à qualidade da assistência oferecida aos pacientes da Unidade e medem aspectos relacionados à efetividade da gestão e ao desempenho da CONVENIADA.

17.1 Indicador de Remuneração – Metas Quantitativas

ü 90% (noventa por cento) do valor total do convênio estarão vinculados a metas quantitativas, conforme o quadro abaixo, e serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais, de acordo com o número de atendimentos efetivamente realizados em relação as metas apresentadas nos quadros abaixo.

Eixo	Item	Descrição da Meta	Meta mensal*	Peso %	Quantidade Produzida	Fórmula do Valor a Pagar (R\$)
Enfermaria	1	Saídas da Enfermaria de Clínica Médica	≥ 104 saídas	15%	≥ 100 % do volume contratado	base mensal x 0,9 x 0,15 x 1
					Entre 90% e 99% do volume contratado	base mensal x 0,9 x 0,15 x 0,95
					Menos que 90% volume contratado	base mensal x 0,9 x 0,15 x 0,9
	2	Saídas da Enfermaria de Clínica Cirúrgica	≥ 170 saídas	15%	≥ 100 % do volume contratado	base mensal x 0,9 x 0,15 x 1
					Entre 90% e 99% do volume contratado	base mensal x 0,9 x 0,15 x 0,95
					Menos que 90% volume contratado	base mensal x 0,9 x 0,15 x 0,9

Eixo	Item	Descrição da Meta	Meta mensal*	Peso %	Quantidade Produzida	Fórmula do Valor a Pagar (R\$)	
Oncologia	3	Consultas de oncologia clínica e cirúrgica: urologia, ginecologia, aparelho digestivo e mastologia	≥ 405 consultas	10%	≥ 100 % do volume contratado	base mensal x 0,9 x 0,1 x 1	
					Entre 90% e 99% do volume contratado	base mensal x 0,9 x 0,1 x 0,95	
					Menos que 90% volume contratado	base mensal x 0,9 x 0,1 x 0,9	
	4	Procedimentos quimioterápicos (sessões)	≥ 442 procedimentos	10%	≥ 100 % do volume contratado	base mensal x 0,9 x 0,1 x 1	
					Entre 90% e 99% do volume contratado	base mensal x 0,9 x 0,1 x 0,95	
					Menos que 90% volume contratado	base mensal x 0,9 x 0,1 x 0,9	
	5	Cirurgias oncológicas especializadas: urologia, ginecologia, aparelho digestivo e mastologia	≥ 55 cirurgias	10%	≥ 100 % do volume contratado	base mensal x 0,9 x 0,1 x 1	
					Entre 90% e 99% do volume contratado	base mensal x 0,9 x 0,1 x 0,95	
					Menos que 90% volume contratado	base mensal x 0,9 x 0,1 x 0,9	
			Cirurgia plástica	≥ 5		≥ 100 % do volume contratado	base mensal x 0,9 x 0,1 x 1

	6	reparadora mamária	cirurgias	10%	Entre 90% e 99% do volume contratado	base mensal x 0,9 x 0,1 x 0,95
					Menos que 90% volume contratado	base mensal x 0,9 x 0,1 x 0,9

Eixo	Item	Descrição da Meta	Meta mensal*	Peso %	Quantidade Produzida	Fórmula do Valor a Pagar (R\$)
P.S.R.	7	Atendimento urgência / emergência	≥ 245 atendimentos	10%	≥ 100 % do volume contratado	base mensal x 0,9 x 0,1 x 1
					Entre 90% e 99% do volume contratado	base mensal x 0,9 x 0,1 x 0,95
					Menos que 90% volume contratado	base mensal x 0,9 x 0,1 x 0,9
	8	Atendimento especializado: cirurgia geral, cirurgia pediátrica, ortopedia, vascular, neurocirurgia, urologia.	≥ 74 atendimentos	10%	≥ 100 % do volume contratado	base mensal x 0,9 x 0,1 x 1
					Entre 90% e 99% do volume contratado	base mensal x 0,9 x 0,1 x 0,95
					Menos que 90% volume contratado	base mensal x 0,9 x 0,1 x 0,9
	9	Realização das cirurgias de urgência e Emergência do PSR	≥ 20 cirurgias	10%	≥ 100 % do volume contratado	base mensal x 0,9 x 0,1 x 1
					Entre 90% e 99% do volume contratado	base mensal x 0,9 x 0,1 x 0,95
					Menos que 90% volume contratado	base mensal x 0,9 x 0,1 x 0,9

(*) A meta está baseada na média dos últimos 12 meses - Fonte: NIH, ou alinhamento com as metas previstas na PORTARIA Nº 140, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014 (UNACON)

17.1.1. Fórmula do Valor do Repasse – Metas Quantitativas (A)

<p>Valor Repasse Metas Quantitativas – R\$ (A) =</p> <p>Item 1 + Item 2 + Item 3 + Item 4 + Item 5 + Item 6 + Item 7 + Item 8 + Item 9</p>
--

17.2 Indicador de Remuneração – Metas Qualitativas e Desempenho

ü 10% (dez por cento) do valor total do convênio estarão vinculados a metas qualitativas e serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais, de acordo com a avaliação dos indicadores de qualidade conforme as metas apresentadas nos quadros abaixo.

Nº	Indicador	Metas	Pontos
1	Taxa de Ocupação da Enfermaria Clínica Médica	≥ 90%	0,1
2	Média de Permanência da Enfermaria de Clínica Médica (Dias)	≤ 7 dias	0,05
3	Taxa de Ocupação da Enfermaria Cirúrgica	≥ 90%	0,1
4	Média de Permanência Enfermaria Cirúrgica (Dias)	≤ 4 dias	0,05
5	Taxa de suspensão cirúrgica oncológica	≤ 3%	0,05
6	Taxa de reinternação em 24 horas (ECM, ECC, PRS, Cirúrgico e Oncológico)	≤ 1%	0,05
7	Índice de Lesão por Pressão (ECM, ECC, PRS, Cirúrgico e Oncológico)	≤ 0,5%	0,05
8	Incidência de queda de paciente (ECM, ECC, PRS, Cirúrgico e Oncológico)	≤ 1%	0,05
9	Incidência de saída não planejada de sonda oro / nasointestinal (ECM, ECC e PRS)	≤ 1,78	0,05
10	Incidência de não conformidade relacionada à administração de medicamentos. (ECM, ECC, PRS e Cirúrgico)	≤ 0,5%	0,05
11	Prontuários Evoluídos pelos médicos e equipe multiprofissional (ECM, ECC, PRS, Cirúrgico e Oncológico)	100%	0,05
12	Taxa de mortalidade (ECM, ECC, PRS, Cirúrgico e Oncológico)	≤ 12%	0,05
13	Densidade de Incidência de Infecções do Trato Urinário (ITU) relacionada a cateter vesical	≤ 1,93%	0,05
14	Preenchimento adequado de 100% da documentação: RHC, APAC, requisição de exame, FAA, AIH e relatórios e prontuário dos usuários Oncológicos	100%	0,05
15	Início do tratamento dos pacientes oncológicos em prazo < que 60 dias	100%	0,05
16	Incidência de extravasamento de droga antineoplásica em indivíduo oncológico em tratamento ambulatorial/internado	≤ 1%	0,05
17	Horas treinamento / funcionário (ECM, ECC, PRS, Cirúrgico e Oncológico)	≥ 2 horas/mês	0,02
18	Reclamação na Ouvidoria em número (ECM, ECC, PRS, CIRURGICO e OCOLÓGICO)	≤ 1%	0,05
19	Pesquisa de satisfação do usuário com resultado ótimo/bom. (ECM, ECC, PRS, Cirúrgico e Oncológico)	≥ 85%	0,03

17.2.1 Fórmula do Valor do Repasse – Metas Qualitativas (B)

Valor Repasse Metas Qualitativas – R\$ (B) =

base mensal x 0,1 x Pontos Totais

17.3. Remuneração Mensal Total (C)

Considerando a composição de remuneração mensal total, conforme descrito nos subitens acima, temos a fórmula abaixo:

Fórmula de Repasse das Metas Quanti e Quali – R\$ (C) =
(A) + (B)

17.4. Descontos por Absenteísmo de Profissionais (D)

O valor proporcional ao absenteísmo (D) apontado pela CONVENIENTE, em relação a todas as categorias profissionais, deve ser descontado da CONVENIADA, conforme descrito no item 22.1. (alínea c).

17.5. Valor Total Mensal a ser Pago (E)

Valor Total Mensal a Pagar – R\$ (E)=
(C) – (D)

NOTA: A avaliação de indicadores e a contabilidade de absenteísmo, sendo itens variáveis, serão realizadas nos meses subsequentes ao fechamento da competência, podendo gerar um ajuste financeiro a menos nas parcelas seguintes, dependendo do percentual de alcance dos indicadores quantitativos e qualitativos.

18. AVALIAÇÃO / MONITORAMENTO DOS INDICADORES

- a. Os indicadores serão monitorados e avaliados mensalmente, sendo que o não cumprimento das metas poderá resultar em dedução do valor de repasse que será descontado de acordo com as fórmulas estabelecidas no item 17. A avaliação mensal será necessária para o redirecionamento de ações apontadas após análise.
- b. A aceitação dos serviços prestados pela CONVENIADA ficará vinculada a avaliação dos indicadores acima previstos.
- c. Os indicadores estão relacionados à qualidade da assistência oferecida aos pacientes da Unidade e medem aspectos relacionados à efetividade do serviço e ao desempenho da CONVENIADA.
- d. Na hipótese de não atingimento das metas de remuneração fixa, em decorrência de falta de demanda de pacientes, poderá ser deliberado pelo Gestor a liberação do repasse integral (fixa e/ou variável), desde que a CONVENIADA tenha atendido todas as demais obrigações previstas no ajuste.

19. ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS**19.1 Reuniões com a Direção**

As reuniões deverão ocorrer mensalmente, com apresentação dos indicadores e evolução dos índices quantitativos e qualitativos pela CONVENIADA. Na oportunidade serão revistos os processos envolvidos, bem como a validação de fluxos na busca por sinergia entre as unidades intra-hospitalares.

19.2 Reuniões com o Corpo Clínico

ü As reuniões para avaliação quantitativa, qualitativa e discussão de casos devem ocorrer mensalmente ou na periodicidade definida pela CONVENIENTE.

ü O Preposto Médico designado pela CONVENIADA deverá participar das reuniões de corpo clínico e das comissões, a critério do Hospital, contribuindo efetivamente nas soluções para os problemas de ordem médico-administrativo, visando analisar e discutir os processos e riscos inerentes às atividades envolvidas.

ü A avaliação de desempenho da CONVENIADA será feita segundo os indicadores acima.

20. FISCALIZAÇÃO

- a. A Diretoria Técnica da Unidade fará, por ocasião da assinatura do CONVÊNIO, a indicação do Gestor e Fiscalizador do Convênio.
- b. O Gestor e Fiscalizador de CONVÊNIO, designados deverão observar, por ocasião de suas atribuições de acompanhamento e

fiscalização quanto à execução do AJUSTE, as determinações estabelecidas neste Termo de Referência e demais cláusulas. Neste sentido considera-se:

I -Fiscal: servidor com perfil administrativo especialmente designado pela administração, com atribuições de acompanhar e controlar o ajuste. Deverá ter foco na relação jurídica com a CONVENIADA, observando o cumprimento das regras previstas no termo e ainda buscar os resultados esperados no ajuste;

II -Gestor: servidor com perfil técnico especialmente designado pela administração, com atribuições de acompanhar e controlar "in loco" a execução do serviço. Deverá ter foco na execução do objeto, atestando os serviços efetivamente realizados, assim como realizar todos os apontamentos necessários relacionados à execução do objeto;

c) São atribuições do Fiscal:

I. Acompanhar e administrar o convênio para o qual foi nomeado, proporcionando às partes todos os meios legais para o ideal desempenho das atividades;

II. Notificar a CONVENIADA quanto à ocorrência de qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas firmadas, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, devendo estabelecer prazo para soluções de eventuais pendências;

III. Manter pasta individualizada, para arquivamento de documentos relativos à sua execução, tais como: cópia do ajuste, cópias dos termos aditivos, relatórios de execução, cópias de correspondências enviadas e recebidas, inclusive por e-mail, atestados /relatórios de prestação de serviços mensais;

IV. Analisar mensalmente a prestação de contas dos gastos declarados pela CONVENIADA, notificando, através da autoridade competente, a CONVENIADA para que apresente justificativa sobre a qualquer discrepância detectada na análise;

V. Avaliar a condução do convênio e quando necessário, balizado pelas diretrizes contratuais, sugerir métodos de racionalização de atividade e gastos inerentes ao ajuste de sua responsabilidade;

VI. Encaminhar à autoridade competente, sugestão de aplicação de sanção prevista no ajuste, em graduação a gravidade da inexecução, quando o objeto estiver sendo executado de forma irregular, em desacordo com as necessidades administrativas pactuadas;

VII. Manter rotineiramente o gestor substituto informado sobre a execução do convênio, para que o mesmo tenha condições de acompanhar, controlar e fiscalizar o instrumento contratual de sua responsabilidade, nos eventuais impedimentos do titular.

d) São atribuições do Gestor:

I. Acompanhar e fiscalizar "in loco" a execução do convênio;

II. Emitir relatórios mensais sobre o acompanhamento do Convênio de sua responsabilidade, discriminando o serviço prestado, locais de execução, quantidade, qualidade do serviço prestado, assim como, demais informações necessárias ao regular acompanhamento pela administração das atividades;

III. Manter a autoridade competente informado de qualquer ocorrência de irregularidade contratual.

21. ANÁLISE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

a. A CONVENIENTE, através do Gestor e Fiscal, procederá à análise do cumprimento dos Indicadores de Quantidade, Qualidade e Desempenho pela **CONVENIADA**, mensalmente, para redirecionamento das ações e solicitações de alterações/adequações de condutas ou procedimentos avaliados como insuficientes.

b. Da análise referida no item anterior, poderá resultar na necessidade de repactuação das metas estabelecidas e seu correspondente reflexo econômico-financeiro.

22. DOS CUSTOS

a. A CONVENIADA deverá apresentar seus preços, unitário, mensal e total, para o satisfatório cumprimento de todas as atividades assistenciais previstas neste Termo de Referência, conforme Planilha de Orçamento constante do ANEXO 1.B I, obedecendo o dimensionamento previsto no item 8.

b. Na composição dos preços ofertados, a CONVENIADA deverá contemplar, dentre outros, o adequado dimensionamento e treinamento da equipe técnica que será alocada na execução das atividades a serem desenvolvidas nos diversos Setores do Hospital Regional de Assis, de forma a dar integral cumprimento a todas as etapas de trabalho.

23. DOS REPASSES

23.1. Os repasses à CONVENIADA dar-se-ão na seguinte conformidade:

a) 90% (noventa por cento) do valor total do convênio serão repassados em 12 (doze) parcelas mensais, de acordo com o cumprimento das metas estabelecidas no item 16.1., em consonância com o Cronograma Físico-Financeiro de implantação dos serviços.

b) 10% (dez por cento) do valor total do convênio serão repassados, juntamente com as parcelas quantitativas, vinculado à avaliação dos demais indicadores de qualidade e desempenho, conforme sua valoração estabelecida no quadro de Indicadores 16.2.

c) O valor referente ao absenteísmo dos profissionais da CONVENIADA (soma das horas de ausências dos colaboradores durante o expediente de trabalho definido neste termo de referência, seja por faltas, atrasos ou saídas adiantadas), aferido pela CONVENIENTE, será deduzido do valor do cumprimento das metas quantitativas e qualitativas.

NOTA: A eventual presença de profissionais da CONVENIADA em número superior ao definido neste termo de referência, em alguns dias, não poderá ser utilizado para compensar a ausência de profissionais em outros dias, em que esse evento ocorrer.

23.2. Trimestralmente será feita a avaliação de todos os indicadores previstos no item 17, sendo que desta análise poderá resultar na necessidade de repactuação dos indicadores de remuneração fixa e variável – itens 17.1.1. e 17.1.2., podendo gerar um ajuste financeiro do valor total do convênio, cuja alteração será feita mediante Termo Aditivo.

24. CLÁUSULA DE CONFIDENCIALIDADE:

As informações sobre dados de desempenho e resultados não poderão ser divulgadas a terceiros, estando os infratores sujeitos a penalidades da legislação.

Todas as informações pessoais ou de prontuário obtidos pelos funcionários da CONVENIADA são sigilosas e deverão obedecer a lei geral de proteção de dados (LGPD), lei federal nº 13.709/2018.

25. DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. A CONVENIENTE será responsável pelo agendamento das consultas e exames, bem como o gerenciamento e manutenção das agendas para demanda dos mesmos, conforme as exigências e fluxos internos.

25.2. A CONVENIADA deverá prestar os serviços observando as melhores práticas e técnicas aplicadas no mercado.

25.3. As questões que porventura não estiverem contempladas neste Termo de Referência farão parte do Termo de Convênio.

25.4. Fica terminantemente proibida a divulgação em qualquer mídia de quaisquer notícias, dados ou imagens relativas ao Serviço (entrevista nota à imprensa, foto etc.).

25.5. Mediante prévia e expressa autorização da SECRETARIA, a CONVENIADA poderá subcontratar parte do objeto conveniado, observado o limite de até 40% (quarenta por cento) do valor total do convênio, para a execução das seguintes atividades: equipe médica e multiprofissional assistencial.

26. LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão prestados no Hospital Regional de Assis, Praça Dr Symphrônio Alves dos Santos, s/n – Centro – Assis – São Paulo – CEP: 19814-015 Telephone: (18) 3302- 6073.

27. DO CRONOGRAMA FÍSICO – FINANCEIRO

Cronograma Físico-Financeiro De Implantação Dos Serviços					
META	Implementação de Leitos – 10 leitos/PRONTO SOCORRO REFERENCIADO -PSR			VALOR	DURAÇÃO
	Etapa	Especificação			
1	1.1	Disponibilização da equipe completa de médicos, enfermagem e médicos especialista sobre aviso para realização de 100% da meta estabelecida nas alíneas "g", "h" e "i" no item 17.1.1.		-R\$	até 05 dias a partir da assinatura do Convênio
META	Implementação de leitos clínicos – 24 leitos de Clínica Médica			VALOR	DURAÇÃO
	Etapa	Especificação			
2	2.1.	Disponibilização da equipe médica, enfermagem e equipes multiprofissional completa para a realização de 50% da meta estabelecida na alínea "A" do item 17.1.1.		-R\$	até 05 dias a partir da assinatura do Convênio
	2.2.	Disponibilização da equipe médica, enfermagem completa e equipes multiprofissional para a realização de 100% da meta estabelecida na alínea "A" do item 17.1.1.		-R\$	até 15 dias a partir da assinatura do Convênio
META	Implementação dos Leitos Cirúrgicos – 24 leitos de Clínica Cirúrgica			VALOR	DURAÇÃO
	Etapa	Especificação			
3	3.1.	Disponibilização da equipe completa - médicos, enfermagem e equipes multiprofissional para realização de 50 % da meta estabelecida na alínea "B" do item 17.1.1.		-R\$	até 05 dias a partir da assinatura do Convênio
	3.2.	Disponibilização da equipe completa - médicos, enfermagem e equipes multiprofissional, para realização de 100% da meta estabelecida na alínea "B" do item 17.1.1.		-R\$	até 15 dias a partir da assinatura do Convênio
META	Oncologia UNACON – 14 Poltronas + 4 camas de quimioterapias			VALOR	DURAÇÃO
	Etapa	Especificação			
4	4.1.	Disponibilização da equipe completa de médicos e enfermagem e equipes multiprofissional para realização de 50% da meta estabelecida na alínea "C", "D", "E" "F" do item 17.1.1.		-R\$	até 05 dias a partir da assinatura do Convênio
	4.2.	Disponibilização da equipe completa de médicos, e equipes multiprofissional enfermagem para realização de 100% da meta estabelecida na alínea "C", "D", "E" e "F" do item 17.1.1.		-R\$	até 15 dias a partir da assinatura do Convênio
TOTAL DE DESEMBOLSO				R\$	

ANEXO I-B PLANILHA DE ORÇAMENTO

DESCRIÇÃO	UNID. MED.	QUANTIDADE MÊS (A)	VALOR UNITÁRIO (B)	VALOR MENSAL C= (A x B)
-----------	------------	--------------------	--------------------	-------------------------

Saídas/Alta hospitalar da Clínica Cirúrgica	Nº de saídas/alta	170	R\$	R\$
Saídas/Alta hospitalar da Clínica Médica	Nº de saídas/alta	104	R\$	R\$
Consultas de oncologia clínica e cirúrgica	Nº de consultas	405	R\$	R\$
Procedimentos quimioterápicos	Nº de quimioterapias	442	R\$	R\$
Cirurgias oncológicas especializadas	Nº de cirurgias	55	R\$	R\$
Cirurgia plástica reparadora mamária	Nº de cirurgias	5	R\$	R\$
Atendimento urgência/emergência dos pacientes PSR	Nº de atendimentos	245	R\$	R\$
Atendimento especializado dos pacientes PSR	Nº de atendimentos	74	R\$	R\$
Realização das cirurgias de urgência e Emergência do PSR	Nº de cirurgias	20	R\$	R\$
TOTAL 12 MESES				R\$

**ANEXO I-B.1.
PLANILHA DE CUSTOS**

Serviço / Período / carga	Qtde de profissionais / dia (A)	Valor Unitário por profissional (B)	Valor total Mensal (A x B)	Valor Total 12 meses (A x B x 12)
Médico clínico				
Médico (especialista)				
Médico Cirurgião				
Serviço / Período / carga	Qtde de profissionais / dia (A)	Valor Unitário por profissional (B)	Valor total Mensal (A x B)	Valor Total 12 meses (A x B x 12)
Enfermeiros				
Técnico de				
Enfermagem				
Serviço / Período / carga	Qtde de profissionais / dia (A)	Valor Unitário por profissional (B)	Valor total Mensal (A x B)	Valor Total 12 meses (A x B x 12)
Farmacêutico				
Assistente Social				
Psicóloga				
Fonoaudiólogo				
Fisioterapeuta				
Serviço / Período / carga	Qtde de profissionais / dia (A)	Valor Unitário por profissional (B)	Valor total Mensal (A x B)	Valor Total 12 meses (A x B x 12)
Auxiliar Administrativo				
Auxiliar de Farmácia				

CUSTOS	Valor total Mensal (A)	Valor Total 12 meses (A x 12)
Assessoria Contábil		
Serviço de Prestação de Contas		
Serviço Financeiro		
Serviço de Departamento Pessoal		
Outros (descrever)		
TOTAL		

(Modelo – deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social da Instituição)

Assis, na data da assinatura digital.

Elaborado por:

Margarete Aparecida dos Santos Nóbile Ribeiro

Diretor Técnico II
Gerência de Recursos Humanos

Antônio Carlos Morelli
Diretor Técnico de Saúde II
Gerência Médico -Assistencial

Murilo Dionizio
Diretor Técnico de Saúde II
Gerência de Enfermagem

Caroline Lazarine Viana
Diretor Técnico II
Gerência Administrativa e Infraestrutura

Edinaldo Albino de Souza
Diretor Técnico de Saúde II
Gerência de Informações

Margarete Maruski Silva
Diretor Técnico de Saúde II
Gerência de Apoio Diagnóstico Terapêutico

Aprovo o Termo de Referência nos Termos do Art. 4º do Decreto nº 66.173/2021.

Edmar Luis de Oliveira
Diretor Técnico De Saúde III
Departamento Técnico De Saúde

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

À SECRETARIA DA SAÚDE
Chamamento Público nº XXXXXXXX

Declaramos, sob as penas da Lei, em atendimento ao previsto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

_____, _____ de _____ de _____.

(identificação e assinatura do representante legal da instituição)

(Modelo – deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social da Instituição)

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INCOMPATIBILIDADE DE CARGOS E FUNÇÕES

Eu, _____(nome do representante legal)_____, declaro, com base no artigo 26, parágrafo 4º, da Lei Federal nº. 8.080/1990, que não exerço cargo de chefia ou função de confiança, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. Assumo total e inteira responsabilidade pela declaração acima.

_____, _____ de _____ de _____.

(identificação e assinatura do representante legal da instituição)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DOS TERMOS DO CONVÊNIO


Pelo presente instrumento, _____ (nome da instituição) _____, CNPJ nº _____, com sede _____ (endereço) _____, através de seus sócios e/ou diretores, infra – firmados, tendo em vista o CHAMAMENTO PÚBLICO nº XXXXXXXX, cujo objeto é a CELEBRAÇÃO PARA CONVÊNIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, declara, sob as penas da lei, que: Conhece e aceita as condições de remuneração dos serviços, em conformidade com o disposto no Convênio, e estão de acordo com o programa de repasse e financeiro disponibilizado pela Secretaria da Saúde. Tem disponibilidade para prestar atendimento conforme as regras do Conselho Nacional de Saúde e da Comissão Tripartite de Saúde e/ou Comissão Bipartite de Saúde, obedecendo às disposições éticas e técnicas dos respectivos Conselhos Regionais e seguindo as normas fixadas pela Secretaria da Saúde.

_____, _____ de _____ de _____.

(identificação e assinatura do representante legal da instituição)

ANEXO V

MODELO DE FICHA CADASTRAL

	FICHA CADASTRAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE <i>Cadastro de Profissional</i>	<i>Ficha nº 20</i>	
1 - DADOS OPERACIONAIS	<input type="checkbox"/> INCLUSÃO	<input type="checkbox"/> ALTERAÇÃO	<input type="checkbox"/> EXCLUSÃO
2 - IDENTIFICAÇÃO	<input type="text"/> 2.8 - Nome Fantasia do Estabelecimento		
2.1 - CNES	<input type="text"/>		
34 - DADOS DO PROFISSIONAL			
34.1 - Dados de Identificação		CADASTRAMENTO <input type="checkbox"/> SUS <input type="checkbox"/> NÃO	
<input type="text"/> 34.1.1 - Nome do Profissional			
<input type="text"/> 34.1.2 - PIS/PASEP	<input type="text"/> 34.1.3 - CPF	<input type="text"/> 34.1.4 - Número CNS	<input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F
<input type="text"/> 34.1.5 - Sexo			
<input type="text"/> 34.1.6 - Nome da Mãe			
<input type="text"/> 34.1.7 - Nome do Pai			
<input type="text"/> 34.1.8 - Data do Nascimento do Profissional	<input type="text"/> 34.1.9 - Município de Nascimento	<input type="text"/> 34.1.10 - Código IBGE do Município	<input type="text"/> 34.1.11 - UF
<input type="text"/> 34.1.12 - Raça	<input type="text"/> 34.1.13 - Certidão/Tipo		
<input type="text"/> 34.1.14 - Nome do Cartório			
<input type="text"/> 34.1.15 - Livro	<input type="text"/> 34.1.16 - Fls	<input type="text"/> 34.1.17 - Termo	<input type="text"/> 34.1.18 - Data de Emissão
<input type="text"/> 34.1.19 - Nº Identidade			
<input type="text"/> 34.1.20 - UF	<input type="text"/> 34.1.21 - Órgão Emissor	<input type="text"/> 34.1.22 - Data de Emissão	<input type="text"/> 34.1.23 - Nacionalidade
<input type="text"/> 34.1.24 - País de origem (nascimento)			

			<input type="checkbox"/> Brasileiro <input type="checkbox"/> Estrangeiro		
34.1.25 - Data de Entrada	34.1.26 - Data de Naturalização	34.1.27 - Nº da Portaria	34.1.28 - Nº Título de Eleitor	34.1.29 - Zona	34.1.30 - Se
34.1.31 - CTPS Número	34.1.32 - Série	34.1.33 - UF	34.1.34 - Data de Emissão	34.1.35 - Escolaridade *	34.1.36 - Sit. Familiar/Conjugal
					34.1.37 - Frequenta Esco
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> N					
34.2 - Dados Residenciais					
34.2.1 - Tipo Logradouro	34.2.2 - Logradouro	34.2.3 - Número	34.2.4 - Complemento	34.2.5 - Bairro/Distrito	
34.2.6 - Município de Residência	34.2.7 - Código IBGE do Município	34.2.8 - UF	34.2.9 - CEP	34.2.10 - Telefone	
34.3 - Dados Bancários					
34.3.1 - Banco		34.3.2 - Agência		34.3.3 - Conta Corrente	
Código	Nome	Código	Nome		
Assinatura e Carimbo do Diretor da Unidade				Data	
Assinatura e Carimbo do Gestor Municipal do SUS		Data	Assinatura e Carimbo do Gestor Estadual do SUS		Data
Assinatura e Carimbo do Profissional				Data	

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE ABERTURA DE CONTA CORRENTE ESPECÍFICA

Declaro que no momento da assinatura do convênio, será entregue os dados da conta corrente aberta junto ao Banco do Brasil para movimentação específica dos recursos objeto do convênio.

São Paulo, de ____ de .

(identificação e assinatura do representante legal da instituição)

ANEXO VII

MINUTA DE CONVÊNIO

Convênio n.º

Processo n.º:024.00204410/2024-26

Convênio que entre si celebram o Estado de São Paulo, através da Secretaria da Saúde e NOME DA CONVENIADA), visando o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS, com o aporte de recursos financeiros.

Pelo presente instrumento o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Saúde, com sede na Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, n.º 188, São Paulo – Capital, neste ato representado pelo Secretário da Saúde _____, _____, portador do RG. n.º _____, CPF n.º _____, devidamente autorizado pelo Decreto estadual nº 43.046, de 22 de abril de 1998, doravante denominado SECRETARIA e do outro lado _____, C.N.P.J. nº _____, com endereço a _____, e com estatuto arquivado no _____ Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da _____, sob n.º _____, e-mail: _____, neste ato representado por _____ (nome/designação dentro do Estatuto), _____ (qualificação), portador do RG. n.º _____, CPF. n.º _____, doravante denominada CONVENIADA, com fundamento nos artigos 196 a 200 da Constituição Federal; no artigo 220, parágrafo 4º da Constituição Estadual; nas Leis federais nº. 8.080/90, nº 8.142/90 e nºs 14.133/2021; no Decreto Estadual nº 66.173, de 26/10/2021; na Lei Complementar estadual nº 791/1995; na Lei estadual nº 10.201/1999, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, após o devido procedimento de Chamamento Público nº _____ promovido pela Secretaria da Saúde, RESOLVEM celebrar o presente Convênio, nos termos e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objetivo a conjugação de esforços dos partícipes, por meio da transferência de recursos financeiros da SECRETARIA para a CONVENIADA destinados a cobrir as despesas com CUSTEIO do(s) **GERENCIAMENTO DAS LINHAS DE CUIDADOS NO HOSPITAL REGIONAL DE ASSIS: URGÊNCIA E EMERGÊNCIA (PRONTO SOCORRO REFERENCIADO), ONCOLOGIA - UNACON E LEITOS CLÍNICOS E CIRÚRGICOS**, conforme Plano de Trabalho que integra o presente instrumento como Anexo.

PARÁGRAFO ÚNICO – O plano de trabalho poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, por meio de Termo Aditivo, respeitada a legislação vigente e após proposta previamente justificada e parecer técnico favorável do órgão competente e ratificado pelo Secretário da Saúde, vedada a alteração do objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA

São obrigações da SECRETARIA:

I - repassar os recursos financeiros previstos para a execução do objeto do convênio, de acordo com o cronograma de desembolsos previsto, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto;

II - publicar, no Diário Oficial do Estado, extrato deste termo e de seus aditivos, contendo, pelo menos, a identificação das partes, o objeto do ajuste, o valor total que será transferido e dados do signatário representante da CONVENIADA;

III - acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do objeto deste termo, devendo zelar pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados, de acordo com o regulamento de compras da CONVENIADA;

IV - emitir mensalmente relatório técnico de monitoramento de avaliação do convênio;

V - analisar os relatórios financeiros e de resultados;

VI - analisar as prestações de contas encaminhadas pela CONVENIADA de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis;

VII - divulgar pela internet os meios para apresentação de denúncia sobre a aplicação irregular dos recursos transferidos;

VIII - excepcionalmente, mediante justificativa, prorrogar unilateralmente a vigência do instrumento antes do seu término, caso a SECRETARIA der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso, e desde que seja compatível com a execução do objeto do convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

São obrigações da entidade CONVENIADA:

I - manter as condições técnicas necessárias ao bom atendimento dos usuários do SUS/SP com zelo pela qualidade das ações e serviços oferecidos, buscando alcançar os resultados pactuados de forma otimizada;

II - alimentar, regularmente, os bancos de dados dos sistemas de informação de interesse do Sistema Único de Saúde – SUS;

III - aplicar os recursos financeiros repassados pela SECRETARIA, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, exclusivamente na execução do objeto do ajuste, na forma prevista no plano de trabalho e de acordo com o regulamento de compras e segundo os princípios relacionados à aplicação de recursos públicos, em especial, da impessoalidade, da economicidade e da razoabilidade;

IV - indicar o(s) nome(s) de responsável(is) pela fiscalização da execução do convênio e manter atualizada a SECRETARIA de qualquer alteração;

V - responsabilizar-se pela indenização de dano decorrente de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, que seus agentes,

nessa qualidade, causarem a paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a estes vinculados, bem como aos bens públicos móveis, assegurando-se o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis;

VI - assegurar as condições necessárias ao acompanhamento, à supervisão, ao controle, à fiscalização e à avaliação da execução do objeto do convênio com o fim de permitir e facilitar o acesso de agentes relacionados à fiscalização a todos os documentos relativos à execução do objeto do convênio, prestando-lhes todas e quaisquer informações solicitadas;- apresentar prestações de contas parciais mensalmente e final, de acordo com a Cláusula Sexta deste instrumento, com relatórios de execução do objeto e de execução financeira de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis;

VII - responsabilizar-se, integral e exclusivamente, pela contratação e pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da SECRETARIA a inadimplência da CONVENIADA em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto do convênio ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

VIII - manter e movimentar os recursos financeiros repassados para a execução do objeto do convênio em uma única, exclusiva e específica conta bancária, isenta de tarifa bancária, aberta junto ao Banco do Brasil;

X- manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos ao objeto do convênio, até a publicação de regularidade pelos órgãos competentes, independentemente do prazo legal;

XI - assegurar que toda divulgação das ações objeto do convênio seja realizada com o consentimento prévio e formal da SECRETARIA, bem como conforme as orientações e diretrizes acerca da identidade visual do Governo do Estado de São Paulo;

XII - utilizar os bens materiais e serviços custeados com recursos públicos vinculados à parceria em conformidade com o objeto pactuado, e, caso os bens adquiridos por investimento se tornem desnecessários no estabelecimento da Conveniada, esta deve comunicar à SECRETARIA para que avalie a possibilidade de aproveitamento em outro estabelecimento de saúde que integra o SUS, adotando a CONVENIADA as medidas para sua disponibilização;

XIII - responsabilizar-se pela legalidade e regularidade das despesas realizadas para a execução do objeto do convênio, pelo que responderá diretamente perante a SECRETARIA e demais órgãos incumbidos da fiscalização nos casos de descumprimento;

XIV - comunicar de imediato à SECRETARIA a ocorrência de qualquer fato relevante à execução do presente convênio;

XV – disponibilizar os serviços custeados com os recursos deste convênio ao serviço de regulação, sob pena de ser instaurado expediente para a apuração de descumprimento das obrigações ajustadas;

XVI – Realizar a pedido da SECRETARIA o afastamento de qualquer pessoa dos seus quadros cuja atuação ou permanência apresente comportamento prejudicial ao bom andamento dos serviços desempenhados pela CONVENIADA;

XVII – Disponibilizar, em seu sítio na rede mundial de computadores, a relação de pessoas jurídicas contratadas e dados de sua identificação (endereço, C.N.P.J e outros pertinentes), bem como o objeto do serviço contratado;

XVIII – disponibilizar, em seu sítio na rede mundial de computadores, informações sobre suas atividades e resultados, dentre outros o estatuto social atualizado; termos de ajustes; planos de trabalho; relação nominal dos dirigentes, valores repassados; lista de prestadores de serviços (pessoas físicas e jurídicas) e os respectivos valores pagos; remuneração individualizada dos dirigentes e empregados com os respectivos nomes, cargos ou funções; balanços e demonstrações contábeis e os relatórios físico-financeiros de acompanhamentos, regulamento de compras e de contratação de pessoal (Comunicado SDG nº 49/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo);

XIX - realizar pagamentos às pessoas físicas e jurídicas à conta do convênio de forma que seja possível a identificação do beneficiário final, mediante depósito em sua conta bancária, para cumprimento ao Comunicado SDG nº 49/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

XX - comunicar à SECRETARIA, por sua instância situada na jurisdição da CONVENIADA, de eventual alteração de seus Estatutos ou de sua Diretoria, enviando-lhe, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada dos respectivos documentos;

XXI – apresentar demonstrações contábeis, sempre que solicitado pela SECRETARIA, na forma de Fluxo de Caixa, para avaliação da saúde financeira da Conveniada, estando assegurado pela SECRETARIA o sigilo das informações;

XXII – apresentar, ao final de cada exercício financeiro seguinte à transferência dos recursos, demonstrativos contábeis e financeiros, com indicação dos valores repassados pela SECRETARIA, e correspondentes despesas realizadas, acompanhado de conciliação bancária do mês de dezembro da conta corrente específica aberta para a movimentação dos recursos provenientes do presente termo;

XXIII - apresentar certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC – comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis da CONVENIADA, conforme artigos 136, XIX e 155, XIV das Instruções nº 01/2024;

XXIV - exigir, de empregados, em qualquer hipótese, o cumprimento da jornada contratual, por meio de ponto biométrico;

XXV - declarar, por escrito e sob as penas da Lei, anteriormente à eventual contratação da prestação de serviços de pessoa jurídica, de que não dispõe a CONVENIADA de pessoal próprio suficiente para a execução do objeto do convênio;

XXVI- restituir à SECRETARIA os valores transferidos em caso de existência de saldo e/ou inexecução do ajuste no prazo máximo e improrrogável de 30 (trinta) dias do encerramento da vigência, da denúncia ou da rescisão do presente convênio;

XXVII- cumprir a Lei Federal nº 13.709/2018 no âmbito da execução do objeto deste Convênio e observar as instruções por escrito da SECRETARIA no tratamento de dados pessoais;

XXVIII – utilizar o e-mail da entidade informado no preâmbulo deste instrumento para receber as comunicações enviadas pela SECRETARIA.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ficam vedadas as seguintes práticas por parte da CONVENIADA:

- a) utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos repassados pela SECRETARIA para finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;
- b) realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;
- c) contrair obrigações em data posterior à vigência deste instrumento;
- d) realizar qualquer cobrança direta ou indireta ao paciente vinculado ao SUS por qualquer serviço referente à assistência a ele prestada;
- e) efetuar pagamento a qualquer título à pessoa que não esteja diretamente vinculada à execução do objeto do convênio ou sem a devida contraprestação para a execução do convênio;
- f) celebrar contratos de qualquer natureza com empresas que estejam impedidas de licitar/negociar com a Administração Pública, bem como com empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar/contratar com a Administração Pública, e ainda com empresas que estejam inscritas no CADIN Estadual;
- g) contratar a prestação de serviço ou fornecimento de bens com a empresa que tenha entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, daqueles que exercem cargos em comissão de direção ou assessoramento vinculados aos quadros da SECRETARIA ou da CONVENIADA;
- h) aplicar dos recursos repassados com despesas de: taxas administrativas, tarifas, juros moratórios, multas, pagamento de dívidas anteriormente contraídas, recursos humanos não envolvidos na consecução do objeto do convênio, consultorias e honorários advocatícios.
- i) subcontratar o objeto principal do convênio, utilizando o repasse de recursos como mero “convênio de passagem”, prática essa coibida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
- que entende como irregular a subcontratação quase que integral do objeto do convênio.
- j) em observância à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 67.301/2022, oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação,

compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie indevidos relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste ajuste, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados;

k) contratar ou remunerar, a qualquer título, com os recursos repassados, servidor ou empregado público, inclusive ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta do Estado de São Paulo, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para a execução deste Convênio serão destinados recursos financeiros no montante global estimado de R\$22.954.304,16 (vinte e dois milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil trezentos e quatro reais e dezesseis centavos), a ser repassado em parcelas mensais estimadas em R\$ 1.912.858,68 (Um milhão, novecentos e doze mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e sessenta e oito centavos), onerando a seguinte classificação orçamentária, e de acordo com o item 17_ do Termo de Referência, que consta como Anexo deste instrumento.

UGE: 090121

Programa de Trabalho: 10.302.0930.6213.000

Natureza de despesa: 33 50 43

Fonte de Financiamento – Fundo Estadual de Saúde

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os repasses mensais deverão ser objeto de desconto caso não atinjam as metas estabelecidas para os Indicadores Qualitativos e Quantitativos, especificados no item do Termo de Referência, e que segue como Anexo deste instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As parcelas mensais serão pagas até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas no orçamento da Secretaria da Saúde, devendo ser observadas as regras relativas à gestão orçamentária e financeira, inclusive quanto aos restos a pagar, dentre elas o Decreto nº 63.894/2018.

PARÁGRAFO QUARTO – A liberação dos recursos está condicionada à inexistência de registros em nome da CONVENIADA junto ao CADIN ESTADUAL. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela CONVENIADA, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º, da Lei estadual nº 12.799/2008.

PARÁGRAFO QUINTO – A liberação dos recursos de que trata esta cláusula fica condicionada à apresentação mensal do Relatório de Execução até o primeiro dia útil subsequente ao mês que foram prestados os serviços, e que deverá ser validado pela Unidade onde são prestados os serviços conveniados, sendo que na hipótese de glosas, será comunicado à conveniada.

PARÁGRAFO SEXTO – As parcelas do convênio serão liberadas em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado e de acordo com a legislação pertinente, exceto nas hipóteses abaixo indicadas, em que as mesmas ficarão retidas até o saneamento das impropriedades verificadas:

I - quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão descentralizador dos recursos ou pelo órgão competente do sistema de controle interno da Administração Pública;

II - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento da CONVENIADA com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

III - quando o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo partícipe repassador dos recursos ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Até a sua utilização a CONVENIADA deverá manter os recursos recebidos na conta exclusiva para o cumprimento dos compromissos decorrentes deste convênio, no Banco do Brasil – Banco 001 – Agência _____ - Conta Corrente nº. _____. Eventual alteração da conta indicada deverá ser previamente comunicada pela CONVENIADA à SECRETARIA, que realizará as devidas anotações e publicação no D.O.E.

PARÁGRAFO OITAVO – Os recursos recebidos por este instrumento deverão ser aplicados no mercado financeiro, enquanto não forem empregados em sua finalidade, sendo que as receitas financeiras auferidas serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio, e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

PARÁGRAFO NONO – Na aplicação dos recursos financeiros destinados à execução deste convênio, os partícipes deverão observar o quanto segue:

a) no período correspondente ao intervalo entre a transferência dos recursos e a sua efetiva utilização, os valores correspondentes deverão ser aplicados, por intermédio do Banco do Brasil S/A ou outra instituição financeira que venha a funcionar como Agente Financeiro do Tesouro do Estado, em caderneta de poupança, se o seu uso for igual ou superior a 1 (um) mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida pública, quando a sua utilização verificar-se em prazos inferiores a um mês;

b) quando da prestação de contas tratada na cláusula sexta, deverão ser anexados os extratos bancários contendo o movimento diário (histórico) da conta, juntamente com a documentação referente à aplicação das disponibilidades financeiras, a serem fornecidos pela instituição financeira indicada;

c) o descumprimento do disposto neste parágrafo obrigará a CONVENIADA à reposição ou restituição do numerário recebido, acrescido da remuneração da caderneta de poupança no período, computada desde a data do repasse até a data do efetivo depósito;

d) as notas fiscais/faturas ou comprovantes de despesas efetuadas para a execução do objeto do Convênio serão emitidas em nome da CONVENIADA, conforme o caso, devendo mencionar o número do presente Convênio SES Nº 024.00204410/2024-26;

PARÁGRAFO DÉCIMO - Em caso de não cumprimento de metas quantitativas e qualitativas, a CONVENIADA deverá ser obrigada a restituir proporcionalmente valores repassados, respeitando-se as demonstrações de despesas e justificativas por ela apresentadas.

CLÁUSULA QUINTA – DO CONTROLE, DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS.

PARÁGRAFO ÚNICO: A execução do presente convênio será avaliada pela UNIDADE e pela Secretaria da Saúde, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste convênio, devendo para tanto:

a) Avaliar trimestralmente o cumprimento de metas e o desempenho da CONVENIADA e os resultados alcançados na execução do objeto do convênio, e fazer recomendações para o atingimento dos objetivos perseguidos;

b) monitorar o uso dos recursos financeiros, por meio da solicitação de relatório à CONVENIADA, que deverá apresentá-lo no prazo assinalado pelo gestor do convênio;

c) analisar a vinculação dos gastos ao objeto do convênio celebrado, bem como a razoabilidade desses gastos;

d) solicitar, quando necessário, reuniões extraordinárias e realizar visitas técnicas no local de realização do objeto do convênio com a finalidade de obter informações adicionais que auxiliem no desenvolvimento dos trabalhos;

e) emitir relatório conclusivo sobre os resultados alcançados no período, contendo a avaliação das justificativas apresentadas no relatório técnico de monitoramento e avaliação, recomendações, críticas e sugestões.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

As prestações de contas pela CONVENIADA dos recursos recebidos da SECRETARIA deverão ser parciais e final, em até 30 (trinta) dias do término da vigência do convênio e eventual prorrogação, observadas as normas e instruções técnicas na forma exigida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e deverá ser instruída com os seguintes instrumentos:

- a) quadro demonstrativo discriminando a receita e a despesa;
- b) relação dos pagamentos efetuados e identificação dos beneficiados, acompanhados dos respectivos comprovantes de realização das despesas;
- c) relação de materiais adquiridos;
- d) conciliação de saldo bancário;
- e) cópia do extrato bancário da conta específica;
- f) relatório consolidado das atividades desenvolvidas contendo o comparativo entre as metas pactuadas no plano de trabalho e as metas realizadas;
- g) comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As prestações de contas parciais deverão ser apresentadas mensalmente à SECRETARIA até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente, acompanhado de:

- a) relatório consolidado das atividades desenvolvidas no período, em conformidade com as ações previstas no Plano de Trabalho;
- b) relação dos pagamentos efetuados com os recursos financeiros liberados pela SECRETARIA, acompanhados dos respectivos comprovantes de realização das despesas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A apresentação da prestação de contas a que se refere o § 1º desta cláusula será encaminhada pela CONVENIADA à SECRETARIA, e sua aprovação constituirá requisito necessário para a transferência das parcelas subsequentes.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A SECRETARIA informará à CONVENIADA sobre eventuais irregularidades encontradas na prestação de contas, as quais deverão ser sanadas no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data de recebimento da comunicação, ressalvadas eventuais irregularidades que sejam apontadas pelo TCE, que deverão ser sanadas no prazo determinado por aquela Corte.

PARÁGRAFO QUARTO - Os recursos utilizados em desacordo com este instrumento deverão ser recolhidos aos cofres Públicos, corrigidos monetariamente, aplicando-se a remuneração da caderneta de poupança - computada desde a data do repasse e até a data da efetiva devolução

- no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação expedida pela SECRETARIA, na conta bancária, relativa à fonte dos recursos transferidos, ou seja, FUNDES indicada:

- FUNDES, Banco 001, Agência: 1897 X, Conta Corrente 100 919-2.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO GESTOR DO CONVÊNIO

O gestor do convênio indicado pela SECRETARIA fará a interlocução técnica com a CONVENIADA, bem como o acompanhamento, o monitoramento e a fiscalização da execução do objeto do convênio, devendo zelar pelo seu adequado cumprimento e manter a SECRETARIA informada sobre o andamento das atividades, competindo-lhe em especial:

- a) informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas do convênio e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- b) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final;
- c) comunicar ao superior imediato a inexecução por culpa exclusiva da CONVENIADA;
- d) acompanhar as atividades desenvolvidas e monitorar a execução do objeto do convênio nos aspectos administrativo, técnico e financeiro, propondo as medidas de ajuste e melhoria segundo as metas pactuadas e os resultados observados, com o assessoramento que lhe for necessário;
- e) solicitar, quando necessário às atividades de monitoramento, a realização de reuniões com representantes legais da CONVENIADA para assegurar a adoção das diretrizes constantes deste termo e do plano de trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica designado como gestor o(a) Sr(a). (nome completo, cargo e lotação).

PARÁGRAFO SEGUNDO - O gestor do convênio poderá ser alterado a qualquer tempo pela SECRETARIA, que realizará as devidas anotações mediante registro nos autos e publicação no D.O.E.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em caso de ausência temporária do gestor deverá ser indicado substituto que assumirá a gestão até o retorno daquele.

PARÁGRAFO QUARTO - Fica designado como representante da CONVENIADA o(a) Sr(a).

(nome completo, cargo e documento).

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DO CONVÊNIO

O presente Convênio poderá ser alterado, mediante Termo Aditivo, em qualquer de suas cláusulas e condições, de comum acordo, desde que tal interesse seja manifestado por qualquer dos partícipes, previamente e por escrito, observado o disposto no parágrafo único da Cláusula Primeira.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente CONVÊNIO será de 12 (doze) meses, tendo por termo inicial a data de assinatura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O presente poderá ser prorrogado por motivo relevante devidamente justificado, corroborado por parecer técnico favorável da área competente, e após aprovação da SECRETARIA, mediante termo aditivo, respeitada a legislação vigente e pelo lapso de tempo compatível com o prazo de execução do objeto do convênio, não podendo ultrapassar o prazo de 5 (cinco) anos previsto no art. 10, letra "g", do Decreto nº 66.173/2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A vigência do presente Convênio nos exercícios financeiros subsequentes ao de sua assinatura estará condicionada à aprovação das dotações próprias para as referidas despesas no orçamento do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÃO ADMINISTRATIVA

A inobservância pela Conveniada de cláusula ou obrigação constante deste convênio, ou dever originado de norma legal, autorizará a Secretaria, garantido o exercício do direito de defesa, instaurar expediente para apuração dos fatos e aplicação das sanções previstas na Lei nº14.133/2021, inclusive com a possibilidade de rescisão unilateral, aplicando-se, no que couber a Resolução SS 65/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

Este Convênio poderá ser rescindido pelo descumprimento de quaisquer das obrigações ou condições nele pactuadas, por infração legal, ou pela superveniência de norma legal, ou ainda denunciada por ato unilateral, mediante notificação prévia de 120 (cento e vinte) dias, respeitada a obrigatoriedade de prestar contas dos recursos já recebidos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Quando da denúncia ou rescisão do Convênio, os saldos financeiros remanescentes serão devolvidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do evento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS SALDOS FINANCEIROS REMANESCENTES

Quando da conclusão, denúncia ou rescisão do presente convênio, não tendo ocorrido à utilização total dos recursos recebidos da SECRETARIA, fica a entidade CONVENIADA obrigada a restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data da finalização do presente convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, acrescidos da remuneração da caderneta de poupança, computada desde a data do repasse e até a data da efetiva devolução, sem prejuízo das demais responsabilidades.

PARÁGRAFO ÚNICO – A não restituição e inobservância do disposto no caput desta cláusula ensejará a imediata instauração dos procedimentos legais visando a restituição dos valores e comunicação dos órgãos de controle interno e externos, com a proposta das medidas legais cabíveis, dentre elas a tomada de contas especial, sem prejuízo da inscrição da entidade no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN estadual, nos termos da Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O presente instrumento deverá ser publicado, por extrato, no Diário Oficial do Estado - DOE, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A CONVENIADA deve cumprir a Lei Federal nº 13.709/2018 no âmbito da execução do objeto deste Convênio e observar as instruções por escrito da SECRETARIA no tratamento de dados pessoais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONVENIADA deve assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores que necessitem conhecer/acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para as finalidades deste Convênio, e cumprir a legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou obrigações profissionais de confidencialidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Considerando a natureza dos dados tratados, as características específicas do tratamento e o estado atual da tecnologia, assim como os princípios previstos no caput do art. 6º da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONVENIADA deve adotar, em relação aos dados pessoais, medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Considerando a natureza do tratamento, a CONVENIADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações da SECRETARIA previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONVENIADA deve:

- imediatamente notificar a SECRETARIA ao receber requerimento de um titular de dados, na forma prevista no artigo 18 da Lei Federal nº 13.709/2018; e
- quando for o caso, auxiliar a SECRETARIA na elaboração da resposta ao requerimento a que se refere o inciso I deste parágrafo.

PARÁGRAFO QUINTO - A CONVENIADA deve notificar à SECRETARIA, imediatamente, a ocorrência de incidente de segurança relacionado a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a SECRETARIA cumpra quaisquer obrigações de comunicar à autoridade nacional e aos titulares dos dados a ocorrência do incidente de segurança sujeita à Lei Federal nº 13.709/2018.

PARÁGRAFO SEXTO - A CONVENIADA deve adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação, mitigação e reparação de cada um dos incidentes de segurança.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A CONVENIADA deve auxiliar a SECRETARIA na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, no âmbito da execução deste Contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - Na ocasião do encerramento deste Convênio, a CONVENIADA deve, imediatamente, ou, mediante justificativa, em até 10 (dez) dias úteis da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais à SECRETARIA ou eliminá-los, conforme decisão da SECRETARIA, inclusive eventuais cópias de dados pessoais tratados no âmbito deste Convênio, certificando por escrito, à SECRETARIA, o cumprimento desta obrigação.

PARÁGRAFO NONO - A CONVENIADA deve colocar à disposição da SECRETARIA, conforme solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta cláusula, e deve permitir auditorias e contribuir com elas, incluindo inspeções, pela SECRETARIA ou auditor por ele indicado, em relação ao tratamento de dados pessoais.

PARÁGRAFO DEZ - Todas as notificações e comunicações realizadas nos termos desta cláusula devem se dar por escrito e ser entregues pessoalmente, encaminhadas pelo correio ou por e-mail para os endereços físicos ou eletrônicos informados em documento escrito emitido por ambas as partes por ocasião da assinatura deste Convênio, ou outro endereço informado em notificação posterior.

PARÁGRAFO ONZE - A CONVENIADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados à SECRETARIA ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018 ou de instruções da SECRETARIA relacionadas a este Convênio, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da SECRETARIA em seu acompanhamento.

PARÁGRAFO DOZE - Caso o objeto da presente parceria envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular de que trata o inciso I do artigo 7º da Lei nº 13.709/2018, deverão ser observadas pela CONVENIADA ao longo de toda a vigência do convênio todas as obrigações específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento de dados pessoais, conforme instruções por escrito da SECRETARIA.

PARÁGRAFO TREZE - É vedada a transferência de dados pessoais, pela CONVENIADA, para fora do território do Brasil

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

Mediante prévia e expressa autorização da SECRETARIA, a CONVENIADA poderá subcontratar parte do objeto conveniado, observado o limite de até 40%

(quarenta por cento) do valor total do convênio, para a execução das seguintes atividades: equipe médica e multiprofissional assistencial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A autorização dada pela SECRETARIA é condição para a subcontratação regular, mas não implica em partilha nem redução das responsabilidades assumidas pela CONVENIADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Cabe à CONVENIADA zelar pela perfeita execução do objeto do convênio, bem como pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade dos serviços, supervisionando as atividades da subcontratada e respondendo direta e solidariamente perante a SECRETARIA pelo cumprimento das obrigações que forem objeto de subcontratação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Não serão realizados repasses de recursos diretamente às subcontratadas.

PARÁGRAFO QUARTO - A subcontratação será formalizada de acordo com o seguinte procedimento:

a) submissão, pela CONVENIADA, de pedido fundamentado de subcontratação em até 02 (dois) dias úteis da assinatura do Convênio, acompanhado de planilha detalhada demonstrando a quantidade e o valor das parcelas que serão subcontratadas;

b) autorização prévia, por escrito, da SECRETARIA para a subcontratação;

c) apresentação, pela subcontratada, dos documentos de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista exigidos na habilitação do procedimento seletivo;

d) análise e aprovação por escrito, pela SECRETARIA, da documentação apresentada pela subcontratada. A subcontratada que não demonstrar a regularidade da documentação exigida na alínea "c" poderá ser substituída pela CONVENIADA, mantido o mesmo objeto, no prazo que lhe for assinalado pela SECRETARIA.

e) apresentação de cópia do Termo de Subcontratação ou ajuste equivalente celebrado entre a CONVENIADA e a subcontratada, o qual será juntado aos autos do processo administrativo.

PARÁGRAFO QUINTO - Somente serão permitidas as subcontratações prévia e regularmente autorizadas pela SECRETARIA.

PARÁGRAFO SEXTO - A subcontratação não formalizada segundo o procedimento previsto no parágrafo quarto e de acordo com as condições previstas no Termo de Referência, aplicável inclusive nas hipóteses de substituição da subcontratada, constituirá motivo para a rescisão unilateral do convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

O Foro para dirimir as questões oriundas da execução ou interpretação deste Convênio é o da Capital do Estado, podendo, os casos omissos, serem resolvidos de comum acordo pelos partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica ajustado, ainda, que:

I – Consideram-se partes integrantes do presente convênio, como se nele estivessem transcritos:

a) o Anexo I – Termo de Referência;

b) o Anexo II – Plano de Trabalho.

II – Aplicam-se às omissões deste convênio as Portarias e Resoluções que regem o Sistema Único de Saúde e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

E, assim, por estarem os partícipes justos e acordados, firmam o presente convênio, assinado em 02 (duas) vias pelos representantes legais, na presença de 02 (duas) testemunhas, para publicação e execução.

São Paulo, _____ de _____

Presidente da Instituição Secretário de Estado da Saúde

Testemunhas:

ANEXO VIII

REPASSES AO TERCEIRO SETOR - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

ÓRGÃO PÚBLICO CONVENENTE:

ENTIDADE CONVENIADA:

TERMO DE CONVÊNIO N° (DE ORIGEM):

OBJETO:

VALOR DO AJUSTE/VALOR REPASSADO (1):

EXERCÍCIO (1):

ADVOGADO(S) Nº OAB/E-MAIL: (2)

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido e seus aditamentos / o processo de prestação de contas, estará(ão) sujeito(s) a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraíndo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, (<https://doe.tce.sp.gov.br>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais do(s) responsável(is) pelo órgão conessor, entidade beneficiária e interessados, estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber;

c) Este termo corresponde à situação prevista no inciso II do artigo 30 da Lei Complementar nº 709/1993, em que, se houver débito, determinando a notificação do responsável para, no prazo estabelecido no Regimento Interno, apresentar defesa ou recolher a importância devida;

d) A notificação pessoal só ocorrerá caso a defesa apresentada seja rejeitada, mantida a determinação de recolhimento, conforme § 1º do art. 30 da Lei citada.

LOCAL e DATA:

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO CONVENENTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

ORDENADOR DE DESPESA DO ÓRGÃO PÚBLICO CONVENENTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA:

Nome:

Cargo:

CPF:

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou Parecer Conclusivo:

PELO ÓRGÃO PÚBLICO CONVENENTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou prestação de contas:

PELA ENTIDADE CONVENIADA:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

ANEXO IX

PLANO DE TRABALHO I – INTRODUÇÃO

Breve Histórico da Instituição

Missão. Deve conter data de início das atividades, tipos de assistências, quantidade de atendimentos por ano, fonte de recursos financeiros, região atendida e outras informações que julgar relevante.

IMPORTANTE: o pedido da instituição deve estar coerente com seu histórico.

Características da Instituição Participação no SUS.

Descrever especialidades, quantidade de profissionais, tipo de complexidade atendida, quantidade de atendimentos / procedimentos e outras informações que julgar relevante.

II - INFORMAÇÕES CADASTRAIS

a) Entidade

Razão Social					
CNPJ					
Atividade Econômica Principal (a mesma descrita no CNPJ)					
Endereço					
Cidade				UF	
CEP		DDD/Telefone			
E-mail					
Banco BRASIL	BANCO	DO	Agência	Conta Corrente	Praça de Pagamento (*)

(*) Declaramos que esta Conta corrente será exclusiva para o recebimento do recurso.

B) Responsáveis

Responsável pela Instituição		
CPF	RG	Órgão Expedidor
Cargo	Função	

Endereço	
Cidade	UF
CEP	Telefone

Responsável pela Instituição		
CPF	RG	Órgão Expedidor
Cargo	Função	
Endereço		
Cidade	UF	
CEP	Telefone	

III - INFORMAÇÕES CADASTRAIS DO ÓRGÃO INTERVENIENTE / RESPONSÁVEIS

Órgão Interveniante

Órgão Interveniante
Não se aplica
CNPJ
Atividade Econômica Principal (a mesma descrita no CNPJ)
Endereço

Cidade				UF
Cidade	UF	CEP	DDD/Telefone	E-mail

Responsáveis

Responsável pela Instituição Interveniante		
Não se aplica		
CPF	RG	Órgão Expedidor
Cargo	Função	
Endereço		
Cidade		UF
CEP	Telefone	

IV – QUALIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Objeto	Descrição
Custeio	Exemplos: Gerenciamento dos serviços de com disponibilização de recursos humanos, Reforma da UTI, Material de Escritório, Conserto do Telhado, Instalação de equipamento.

Identificação do Objeto

Descrever detalhadamente em que serão aplicados os recursos financeiros recebidos, ou seja, o tipo de prestação de serviços que será executado.

Exemplos:

Para custeio de prestação de serviços deve conter quantidades por tipo de serviço, valores respectivos e tempo de execução.

Objetivo Exemplo:

Questões	Respostas
O que se pretende alcançar?	
Como?	

Justificativa

Explicar a necessidade de execução.

Convencimento. Explica a razão pela qual tal projeto deve ser realizado e sua relevância.

Os critérios utilizados para escolher o tema e formular as hipóteses devem ser claros e são de suma importância entendimento de quem avalia o projeto.

A Justificativa exalta a importância do tema, ou justifica a necessidade imperiosa de se levar a efeito tal empreendimento.

Uma justificativa deve conter o seguinte contexto: Exemplo:

Questões	Respostas
Por que realizar o projeto / ação?	Em nossa região há uma fila para realização de cirurgias de catarata de 600 pacientes aguardando sua vez.
Motivos que justificam?	Com os recursos atuais conseguiremos atender esta demanda em 10 anos, com o risco de muitos dos pacientes ficarem cegos em decorrência do avanço da doença.

Questões	Respostas
----------	-----------

Contribuição a ser realizada?	Com a contratação de profissionais e compra de materiais necessários será possível eliminar a demanda represada em 3 meses ...
Solução para o problema?	... evitando graves transtornos aos nossos pacientes e proporcionando melhor qualidade de vida.

Metas a serem atingidas

Descrever o resultado esperado com o Plano de Trabalho.

Característica	Descrição
Específico	determinado, não pode ser generalizado
Mensurável	pode ser calculado
Atingível	pode ser realizado
Relevante	importante para o processo
Temporal	em determinado prazo

Exemplos de Metas Quantitativas:

Descrição da meta (Passo a passo que demonstrará alcance do objetivo)	Ações para alcance da meta	Situação pretendida da meta	Indicador de Resultado	Fórmula de Cálculo do Indicador (cálculo ou relatório para identificar se a meta foi alcançada)	Fonte do indicador
Eliminar 80% da demanda reprimida de 1.200 cirurgias eletivas	Disponibilizar equipe especializada para realização de cirurgias.	Quantidade de cirurgias realizada no período / Demanda reprimida pacientes que	Número de Cirurgias	Soma das cirurgias realizadas no período.	Censo diário, Sistema de Gestão hospitalar.

Descrição da meta (Passo a passo que demonstrará alcance do objetivo)	Ações para alcance da meta	Situação pretendida da meta	Indicador de Resultado	Fórmula de Cálculo do Indicador (cálculo ou relatório para identificar se a meta foi alcançada)	Fonte do indicador
Eliminar 80% da fila de 1.200 cirurgias em demanda reprimida.		estão aguardando para realizar a cirurgia eletiva x100.			

Exemplos de Metas Qualitativas:

Descrição da meta (Passo a passo que demonstrará alcance do objetivo)	Ações para alcance da meta	Situação pretendida da meta	Indicador de Resultado	Fórmula de Cálculo do Indicador (cálculo ou relatório para identificar se a meta foi alcançada)	Fonte do indicador
	Aplicar pesquisa de satisfação aos usuários SUS de acordo com		Número de pesquisas	Quantidade de Usuários com	Relatório de Atendimento

Aumentar de 70% para 90% o índice de satisfação "ótima" dos usuários SUS em 6 meses	os critérios especificados em norma interna.	90 %	com índice de satisfação "ótima" no período de 6 meses	avaliação ótima no período / Quantidade Total de Usuários que participaram dos serviços nos últimos 06 meses.
---	--	------	--	---

Etapas ou Fases de Execução

Descrever em que etapas serão utilizadas os recursos financeiros.

Exemplo:

ETAPA	DESCRIÇÃO	DURAÇÃO (Dias)	APLICAÇÃO
1	Contratar Prestação de serviços de uma equipe especializada	30 dias	140.000,00
2	Adquirir material médico hospitalar (cotação de custos, aquisição e disponibilização conforme a demanda)	60 dias	110.000,00
Total			250.000,00

Plano de Aplicação de Recursos Financeiros

(a especificação do objeto pode ser verificada no item IV; a Identificação do Objeto) Exemplo:

ORDEM	OBJETO	VALOR	%
1	Consumo		
	Material Hospitalar		
	Material de Escritório		
	Material de Limpeza		
2	Prestação de Serviços		
	Prestação de serviço da equipe médica		
	Prestação de serviço da equipe de enfermagem		
	Prestação de serviços de uma equipe multiprofissional.		
	Benefícios		
3	Custos Indiretos		
	Assessoria de Contabilidade		
	Serviço de Prestação de Contas		
	Serviço Financeiro		

	Serviço de Departamento Pessoal		
	Outros (descrever)		

ORDE M	OBJETO	VALOR	%
Total			

V – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (preencher a tabela) Desmembrar por natureza de despesa (custeio).

Mês	OBJETO	CONCEDENTE
1	Custeio	R\$ 0,00
Total		R\$ 0,00

VI - PREVISÃO de EXECUÇÃO DO OBJETO

- Início: Data da Assinatura do Convênio

- Duração: 12 meses VI – DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, DECLARO, para fins de prova junto à Secretaria da Saúde, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistem quaisquer débitos em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro ou qualquer órgão ou Entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos deste Poder, na forma deste Plano de Trabalho.

Data da Assinatura /_/20

(a data deve ser de acordo com o ofício do interessado) Assinatura do responsável pela Entidade
Elaboração do Plano de Trabalho

Assinatura do responsável

VII – ANALISADO E APROVADO TECNICAMENTE NESTA UNIDADE

Data
de Assinatura /

Assinatura do Diretor da Unidade

VIII – APROVAÇÃO – ORDENADOR DA DESPESA

Data da Assinatura /_/20

Ordenador de Despesa

IX – APROVAÇÃO – SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Data da Assinatura /_/20

Secretário de Estado da Saúde

(Modelo – deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social da Instituição)

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE PATRIMÔNIO

Declaramos para fins de celebração de ajustes com a Secretaria da Saúde que a(razão social da Entidade)....., CNPJ, possui Patrimônio próprio constituído.

Local e data (Assinatura do Representante Legal da Entidade)

(Modelo – deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social da Instituição)

ANEXO XI

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE IMPEDIMENTOS

Declaramos para fins de celebração de ajustes com a Secretaria da Saúde que a

(o)(razão social da Entidade) ,

CNPJ....., não está impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria com órgãos públicos.

Local e data (Assinatura do Representante Legal da Entidade)

(Modelo – deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social da Instituição)

ANEXO XII

DECLARAÇÃO SOBRE QUADRO DIRETIVO DA INSTITUIÇÃO

Declaramos para fins de celebração de ajustes com a Secretaria de Estado da Saúde a

(o)(razão social da Entidade) ,

CNPJ , NÃO possui em seu quadro diretivo agentes políticos de Poder

ou do Ministério Público ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade.

Local e data (Assinatura do Representante Legal da Entidade)

(Modelo – deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social da Instituição)

MODELOS REFERENTES À VISITA TÉCNICA

ANEXO XIII - A

CERTIFICADO DE REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

(elaborado pela Unidade)

ATESTO que o representante legal da proponente , interessado em participar do Chamamento Público nº /_, Processo nº /_, realizou nesta data visita técnica nas instalações do , recebendo assim todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

A proponente está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais em que serão executados os serviços.

(Local e data)

(nome completo, assinatura e qualificação do representante da proponente)

(nome completo, assinatura e cargo do servidor responsável por acompanhar a visita)

Modelo – deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social da Instituição)

ANEXO XIII -B

DECLARAÇÃO DE OPÇÃO POR NÃO REALIZAR A VISITA TÉCNICA

(elaborado pelo Entidade)

Eu, , portador do RG nº e do CPF nº, na condição de representante legal de (nome Instituição), interessado em participar do Chamamento Público nº /_, Processo nº /_, DECLARO que a Instituição não realizou a visita técnica prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a visita técnica que lhe havia sido facultada.

A Instituição está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais em que serão executados os serviços.

Local e data (Assinatura do Representante Legal da Entidade)

(Modelo – deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social da Instituição)

ANEXO XIV

DECLARAÇÃO DE CERTIDÃO DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - CRC

Declaro para os devidos fins, que na ocasião da celebração do convênio, será entregue certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis da entidade.

Local e data (Assinatura do Representante Legal da Entidade)

Modelo – deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social da Instituição)

ANEXO XV

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

Declaro para os devidos fins, que na ocasião da celebração do convênio, serão atendidas às normas relativas à saúde e segurança do trabalho, em virtude das disposições do parágrafo único, art. 117, Constituição do Estado de São Paulo.

Local e data (Assinatura do Representante Legal da Entidade)

(Modelo – deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social da Instituição)